



**RELATÓRIO
ANUAL 2017**

APRESENTAÇÃO



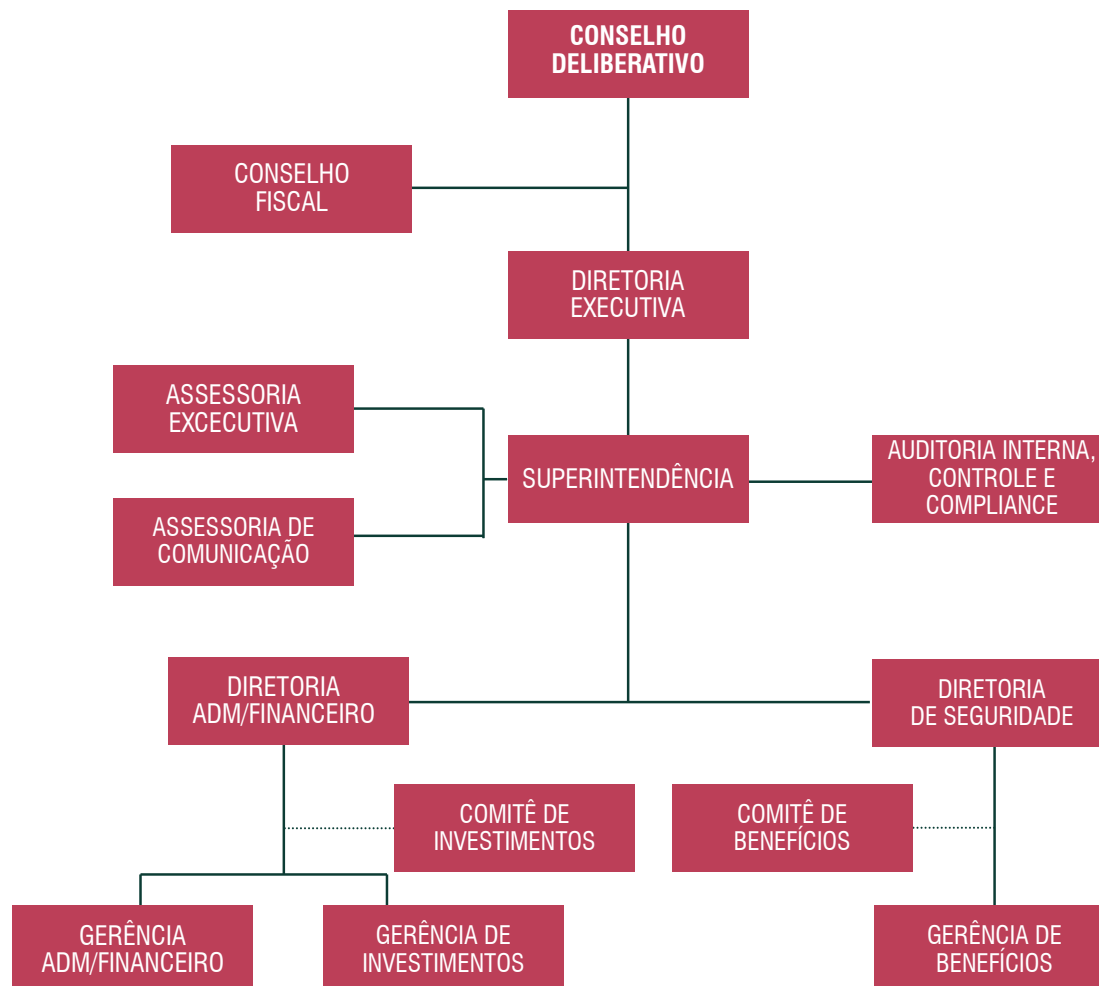
Em atendimento à Resolução CGPC nº 23/2006 e às Instruções Normativas Previc nº 11/2014 e 13/2014, a Faelba torna público o seu Relatório de Atividades relativo ao exercício de 2017, contendo a síntese da gestão da Entidade no período, demonstrando os principais números da Fundação e as realizações relevantes ocorridas no referido exercício.

Este documento contém, ainda, as Demonstrações Financeiras (DF's) e Atuariais (DA's), as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, além da Manifestação do Conselho Deliberativo e o dos Pareceres do Atuário e do Conselho Fiscal da Entidade.

SUMÁRIO

Pg. 1	Apresentação
Pg. 4	Governança e Gestão Corporativa
Pg. 5	Sistema de Gestão e Controles Internos
Pg. 6	Gestão Previdenciária
Pg. 7	Plano CD
Pg. 15	Plano BD
Pg. 26	Gestão de Investimentos
Pg. 54	Gestão Administrativa
Pg. 57	Principais Realizações

GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVA



SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCO, CONTROLES E AUDITORIA INTERNA

A Faelba adota em sua metodologia de gestão de riscos e controles os princípios e diretrizes da norma internacional ISO 31000:2009, onde estabelece que os riscos devem ser identificados, analisados, avaliados e tratados.

A avaliação dos riscos e controles observou, ainda, as boas práticas indicadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através dos Guias de Melhores Práticas em Fundos de Pensão.

A auditoria interna avalia a eficácia dos controles conforme cronograma definido no Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pela Diretoria Executiva.

Ao longo do ano de 2017 foram emitidos 11 (onze) relatórios de auditoria interna, sendo todos reportados ao nível gerencial adequado para conhecimento e/ou tratamento das inconsistências identificadas, caso necessário.

GESTÃO DE QUALIDADE

Durante o ano de 2017 foram realizadas 03 (três) auditorias no sistema de gestão da qualidade, sendo em novembro realizada a auditoria de Recertificação na norma ISO 9001:2015.

O Organismo Certificador recomendou o Sistema de Gestão da FAELBA para Recertificação por um período de 03 (três) anos.



SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Faelba iniciou no ano de 2017 a implantação do Sistema de Gestão da Segurança da Informação – SGSI, utilizando a metodologia da norma internacional ISO 27001:2013, que estabelece requisitos para a preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

Essa medida visa atender os requisitos exigidos pela Resolução CGPC nº13/2004, estabelecendo controles mais adequados para o sistema de informações da entidade.

A implantação teve início em março, com a elaboração das Políticas de Segurança da Informação e identificação dos riscos relacionados aos processos, além da elaboração do plano de treinamento para os empregados.

No mês de dezembro foi concluída a implantação do SGSI, sendo o mesmo avaliado por um Organismo Certificador.



A low-angle photograph of a classical building facade, likely a church or government building, featuring stone columns, arched windows, and a clock tower. A red semi-transparent banner is overlaid across the middle of the image, containing the text "GESTÃO PREVIDENCIÁRIA" in white, uppercase letters. The sky is blue with scattered white clouds.

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

PLANO CD

Plano de Contribuição Definida (CD)

1. QUADRO DE PARTICIPANTES*

QUADRO PARTICIPANTE - CD												
PATROCINADOR	PARTICIPANTES						SUB TOTAL	ASSISTIDOS			SUB TOTAL	TOTAL
	ATIVOS **	AUTO PATROCINADO	VINCULADOS	PART. C/ SUSPENSÃO TEMPORARIA DE CONTRIBUICAO	CANCELADOS	DESLIGADOS E DESLIGADOS ELEGÍVEIS		APOSENTADORIA	PECÚLIO	AGUARDANDO BENEFÍCIOS PECÚLIO		
Coelba	2.807	35	135	6	4	197	3.184	1.348	77	4	1.429	4.613
Faelba	26	4	7	-	1	1	39	4	1	-	5	44
Tracol	-	-	1	-	-	4	5	12	-	-	12	17
Total	2.833	39	143	6	5	202	3.228	1.364	78	4	1.446	4.674

*Os números apresentados acima, são com base no Relatório de Atividades de dezembro de 2017

**Para o Relatório Anual, as situações de Auxílio Doença foram somadas aos Ativos

2. BENEFÍCIOS PAGOS*

BENEFÍCIOS PAGOS - PLANO CD					
MÊS	BENEFÍCIOS PAGOS				
	APOSENTADORIA NORMAL E APOSENTADORIA NORMAL ANTECIPADA	BENEFÍCIOS POR DESLIGAMENTO	PECÚLIO INVALIDEZ	PECÚLIO MORTE	TOTAL PAGO MÊS R\$
	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	
Dezembro	4.676.364,41	583.925,98	68.598,87	93.304,89	5.422.221,15
Total	59.274.048,78	7.305.611,58	992.707,75	2.055.887,73	69.628.255,84

*Os números apresentados acima, são com base no Relatório de Atividades de dezembro de 2017

3. SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Por se tratar de um Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, não há imperativo atuarial de rentabilidade no âmbito desse Plano, ou seja, não há meta atuarial pré-estabelecida, tendo como índice de referência IPCA + 4,5% ao ano.

A idade média dos Participantes Ativos é de 38 anos.

4. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

Não houve alteração do Regulamento neste exercício.

5. PERFIS DE INVESTIMENTO

SISTEMÁTICA DA FORMA DE MOVIMENTAÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA

Para alteração dos Perfis de Investimento, todos os Participantes, Assistidos e Beneficiários, vinculados ao Plano de Contribuição Definida (CD – Faelflex) estiveram, automaticamente, habilitados à opção online, através da Internet, na área restrita do site da Faelba, no período de 1 a 15 dos meses de junho e dezembro de 2017, onde a opção pelos Perfis foi realizada apenas pelo acesso ao site da Fundação.

A todos os Participantes do Plano CD, optantes do Perfil Diferenciado, foi dada, também, a alternativa de se manifestarem sobre a forma de movimentação da sua Reserva Matemática, isto é, estabelecendo como seriam as entradas de recursos a partir de julho de 2017 e/ou janeiro de 2018. Essa alternativa possibilitou se a entrada das Contribuições Mensais (Participante e Patrocinador, somadas às Contribuições Esporádicas, para aqueles que fazem aportes voluntários) na Reserva Matemática se daria pelo Perfil Básico, apenas, ou pela proporção do Perfil Diferenciado.

Aos Assistidos e Beneficiários foi facultada a definição do pagamento de benefício e/ou saques a partir da retirada de recursos, somente, do Perfil Básico, ou de ambos Perfis, obedecendo à proporcionalidade da opção no Perfil Diferenciado.

Aos Participantes, ainda foi dada a opção do rebalanceamento mensal automático, facultando se a reserva matemática deveria ser rebalanceada mensalmente ou apenas semestralmente.

A todos foi assegurada a manutenção das escolhas originais, ou seja, obedecendo proporcionalidade da modalidade do Perfil Diferenciado, caso não houvesse manifestação pelas mudanças propostas.

6. HIPÓTESES ATUARIAIS E SEUS FUNDAMENTOS

Pelas características do Plano CD – Faelflex, as hipóteses que merecem ponderação são as seguintes:

INDEXADOR DO PLANO

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, a rentabilidade expressa pela variação das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano.

A variação do valor das cotas do Plano Faelflex, ao longo de 2017, foi de 11,67% para o Perfil Básico e 10,14% para o Perfil Conservador e 26,79% para o Perfil Diferenciado, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, a própria variação do valor das cotas.

TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

A avaliação do Benefício por Morte de Participantes Ativos (análogo a um Pecúlio por Morte de Participante Ativo) está sendo feita com base em um custo obtido aplicando-se a Teoria Coletiva do Risco a partir da distribuição de sinistros de morte em atividade ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, o que vem demonstrando ser suficiente, permitindo a constituição de saldo, registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Riscos (a conceder), que em 31/12/2017, alcançou o valor de R\$ 2.796.458,79.

TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

A avaliação do Benefício por Entrada em Invalidez (análogo a um Pecúlio por Entrada em Invalidez Total e Permanente) está sendo feita com base em custo obtido aplicando-se a Teoria coletiva do risco a partir da distribuição dos sinistros de entrada em invalidez (total e permanente) ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, o que vem demonstrando ser suficiente, permitindo a constituição do saldo, registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Riscos (a conceder), que em 31/12/2017, alcançou o valor de R\$ 2.796.458,79.

7. IMPACTOS SOFRIDOS PELO PLANO

O impacto registrado pelo Plano CD no exercício de 2017 totalizou R\$ 4.813.079,57, resultantes Resgastes, Pecúlio por Invalidez e Pecúlio por Morte.

8. PARECER ATUARIAL

CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FAELBA, resultou no custo total de 13,19%, conforme descrito a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	12,04%	10,58%
PECÚLIOS POR MORTE/INVALIDEZ *2	0,51%	0,51%
RESGATES	-	-
OUTROS BENEFÍCIOS	-	-
SUB-TOTAL	12,55%	11,19%
SUPLEMENTAR	-	-
CUSTO ADMINISTRATIVO *3	2,00%	2,00%
SUB-TOTAL (2)	2,00%	2,00%
TOTAL (1)+(2)	14,55%	13,19%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos de Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custeado pelo Patrocinador através do Regime de Repartição Simples, avaliado anualmente no encerramento de cada exercício através da Teoria Coletiva do Risco, levando em consideração a existência de Saldo no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco superior ao valor mínimo atuarialmente calculado.

*3: Custeado através de contribuição, mantida em 2,00%, de responsabilidade patronal, existindo a possibilidade de se destinar, sempre que necessário, uma parcela dos retornos dos investimentos para o custeio administrativo do Plano, bem como dos recursos acumulados no Fundo Administrativo, em consonância com o orçamento elaborado no Programa de Gestão Administrativa (PGA). Para pagamento da Taxa de Custeio Administrativo dos participantes que se desligaram do patrocinador com e sem carência cumprida para requerimento de benefício pleno, benefício antecipado, ou benefício por desligamento, estando com suas reservas na FAELBA e ainda não solicitaram benefício, será cobrado o valor correspondente a taxa de custeio administrativo de acordo com a legislação vigente e com o Regulamento do Plano.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2017, a idade média dos participantes ativos é de 38 anos.

2) O custo total reavaliado de 13,19% será custeado, no exercício de 2018, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os Participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

CONTRIBUIÇÕES NORMAIS	EM %	
	ANO ANTERIOR	ANO ATUAL
REFERÊNCIA		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,02%	5,34%
Contribuição Normal do Patrocinador *1	8,53%	7,85%
SUB-TOTAL	14,55%	13,19%
Custo Suplementar	-	-
Total de Contribuições (Patrocinadores + Partic. Ativos):	14,55%	13,19%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

*1: Inclui as contribuições, que são de total responsabilidade patronal, destinadas ao custeio administrativo e ao custeio dos Benefícios de Risco.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2016 para o final do ano 2017, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

REFERÊNCIA	31/12/2016	31/12/2017	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	566.314.750,71	628.576.161,41	10,99%
Provisão de Benefícios a Conceder *1	544.513.743,56	577.152.212,71	5,99%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.110.828.494,27	1.205.728.374,12	8,54%

(valores em R\$)

*1 Não inclui o Saldo do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ 2.796.458,79 existente ao final de 2017, o qual, pelo ajuste no Plano de Contas ocorrido em 2011, deixou de ser registrado na Provisão de Benefícios a Conceder e passou a ser registrado como Fundo Atuarial (fora do Patrimônio de Cobertura do Plano) e considera o valor do Saldo relativo à valorização das cotas ainda não incorporada aos saldos anteriores de R\$ (911.988,70).

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO

- 1) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.
- 2) Em relação aos Benefícios de Risco, seus custos estão sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples, com base na Teoria Coletiva do Risco, levando em consideração a existência de Saldo no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco, tendo se mostrado suficiente para custear tais Benefícios, conforme demonstra a existência de um saldo de R\$ 2.796.458,79 no referido Fundo ao final de 2017, superando assim o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo a ser mantido nesse Fundo, reavaliado em 31/12/2017, em R\$ 2.562.141,29.
- 3) O Plano de Custeio destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, é o seguinte:

a) Contribuição (Normal) Básica Mensal, de caráter obrigatório, do Participante:

- R% de A% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor da Unidade Salarial da FAELBA (*1); e
- R% de B% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor da Unidade Salarial da FAELBA (*1).
onde: **R%** está definido no Regulamento do Plano; e
A% é igual a 2% e
B% é igual a 9%

(*1): Unidade Salarial da FAELBA é igual a R\$ 3.402,93 (a preços de dezembro de 2017).

NOTA: Tal contribuição é integralmente destinada a constituir a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Participante.

b) Contribuição (Normal) Voluntária, Mensal ou Esporádica, do Participante: valor livremente fixado pelo Participante, feita com o objetivo de destinar mais recursos contributivos para a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Participante.

c) Contribuição Normal Básica Mensal do Patrocinador: de valor correspondente a 100% da Contribuição (Normal) Básica Mensal, de caráter obrigatório, do Participante.

NOTA: Tal contribuição é integralmente destinada a constituir a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador.

d) Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para dar cobertura aos Benefícios de Risco: de valor igual a C% da Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, sendo C% mantida em 0,51% para o exercício de 2018.

e) Contribuição Normal do Patrocinador para dar cobertura às despesas administrativas: de valor igual a D% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, sendo D% igual a 2,00%, para o exercício de 2018.

f) Contribuição Normal dos Assistidos para dar cobertura às despesas administrativas: de valor igual ao que vier a ser fixado pelo Conselho Deliberativo da FAELBA, estando atualmente prevista a sua cobrança.

4) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, que ao longo exercício de 2017 obteve uma variação de 11,67% para o Perfil Básico, 10,14% para o Perfil Conservador e 26,79% para o Perfil Diferenciado, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, à própria variação do valor das cotas.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Os dados cadastrais enviados pela FAELBA foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2017, refletida nesta D.A..

VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA ser basicamente do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, mas tão somente saldo no Fundo Coletivo do Benefício de Risco.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco a Conceder, pagos na forma de Pecúlio, por Morte em Atividade ou por Entrada em Invalidez, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo regime de repartição simples, com base em custo obtido aplicando-se a Teoria Coletiva do Risco a partir da distribuição dos sinistros de morte em atividade e de entrada em invalidez (total e permanente) ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, o que vem demonstrando ser suficiente, permitindo a constituição de saldo, registrado no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder) que, em 31/12/2017, alcançou o valor de R\$ 2.796.458,79, sendo que, em 31/12/2016, esse saldo era de R\$ 4.548.234,24. (Deve-se destacar que tal saldo de R\$ 2.796.458,79 em 31/12/2017, supera o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ 2.562.141,29). Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 07 de Março de 2018

Gabriel Pimentel Sátyro José Roberto Montello

Atuário MIBA 2799

Atuário MIBA 426

R
A
I

F
A
E
L
B
A

2
0
1
7

PLANO BD

Plano de Benefício Definido (BD)

1. QUADRO DE PARTICIPANTES*

QUADRO DE PARTICIPANTES - PLANO BD						
PARTICIPANTES	ASSISTIDOS					TOTAL GERAL
	APOSENTADORIAS				PENSÕES**	
ATIVOS	TEMPO DE SERVIÇO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ		
5	489	7	88	97	251	937

*Os números apresentados acima, são com base nas Demonstrações Atuariais de 2017.

**Por prudência, a estatística considera 9 casos de Pensão que ainda não foram deferidos, tratados no Passivo Atuarial (Avaliação Atuarial de Benefícios Concedidos) como "Situações Indefinidas", relativo a falecidos que deixaram beneficiários cadastrados no Plano, que ainda não requereram a Pensão.

2. BENEFÍCIOS PAGOS*

BENEFÍCIOS PAGOS - PLANO BD								
MÊS	APOSENTADORIAS				PENSÃO	BENEFÍCIO TEMPORÁRIO	ABONO ANUAL(13°)	TOTAL PAGO MÊS (R\$)
	ESPECIAL	INVALIDEZ	T. SERVIÇO	IDADE				
	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)				
Dezembro	206.838,11	167.194,34	1.474.492,96	14.085,31	352.284,18	1.609.010,18	8.564,26	3.832.469,34
Total	2.437.909,90	2.028.707,17	17.634.685,38	174.104,14	4.142.153,93	8.909.742,39	3.304.307,13	38.631.610,04

*Os números apresentados acima, são com base no Relatório de Atividades de dezembro de 2017.

3. SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Este Plano está fechado a novas adesões de Participantes desde 30/09/1998 e saldado para novas contribuições desde 31/12/2010.

NOTA: A idade média dos Participantes Ativos é de 62 anos.

Face à situação atuarial do Plano ter alcançado um nível superavitário, que, nos termos da legislação aplicável, permitiu a redução total das contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios do Plano, o custo total desses benefícios é nulo.

Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas.

4. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

Não houve alteração do Regulamento neste exercício.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS E SEUS FUNDAMENTOS

HIPÓTESE: TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Em consonância com o item 69 do GUIA PREVIC – Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar e com o § 4º do Art. 3º da Instrução PREVIC nº 23/2015, nossa Consultoria Atuarial tomou por base o Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano BD nº 002 da FAELBA, realizado em dezembro de 2016 por Consultoria Financeira contratada pela FAELBA para o Plano, com resultados posicionados em 31/12/2016 e tomando por base o cadastro de Participantes e Assistidos posicionado em 31/12/2016, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos futuros, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017.

Conforme apresentado no JM/2361/2017, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 5,54% ao ano, indicando que a carteira atual de ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 5,54% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC Nº 375/2017, para a Duração do Passivo de 9,09 anos, que varia de 4,38% ao ano até 6,66% ao ano.

Neste contexto, a FAELBA optou por adotar a Taxa Real de Juros de 4,38% ao ano para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017, que se encontra no intervalo estabelecido para adoção de Taxa de Juros no Plano.

HIPÓTESE: PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO (ANUAL)

O valor esperado para o exercício seguinte está sendo alterado para 1% ao ano (em média), tendo em vista a perspectiva de taxa média de crescimento real dos salários (taxa média de crescimento acima da inflação), que a Patrocinadora estima dar ao longo dos anos futuros aos atuais empregados que foi de 1% ao ano, conforme Carta CT/071/SUP/2017 de 07/11/2017, seja por mérito pessoal, por produtividade geral ou promoção, em conformidade com o item 1.2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

HIPÓTESE: FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

HIPÓTESE: FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE

A utilização de um Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano de 100% significa que, mesmo num cenário de inflação nula ao longo dos anos remanescentes deste Plano (que está fechado a novas adesões de participantes desde 30/09/1998), a situação atuarial do Plano não sofrerá impacto negativo.

HIPÓTESE: ROTATIVIDADE (SAÍDA SEM DIREITO A BENEFÍCIO)

Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 30/09/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média bastante próxima à idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com a Patrocinadora antes de preencher as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelo instituto do autopatrocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício. Nesse contexto, adotou-se Rotatividade Nula, o que representa uma hipótese mais conservadora para o Plano.

HIPÓTESE: TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Foram apresentados através do JM/2361/2017, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, que nos levaram à conclusão de que há viabilidade para manutenção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”.

HIPÓTESE: TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, conforme consta no JM/2361/2017, há viabilidade para manutenção Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, bem como por seus respectivos resultados demonstrarem plena aderência a mortalidade de inválidos do Plano.

HIPÓTESE: TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Foi apresentado através do JM/1418/2015, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que indica manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA), considerando que é realizado o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez da atual massa de 5 Participantes Ativos do Plano BD da Faelba para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

HIPÓTESE: COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

É adotada a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidas. Dessa forma, tão somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista, na qual a última revisão foi realizada ao longo do exercício de 2015, tomando por base o cadastro da Faelba, cujos resultados foram apresentados através do JM/2266/2015.

HIPÓTESE: INDEXADOR DO PLANO

O Indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um índice oficial de inflação, calculado pelo IBGE, que expressa a perda do poder aquisitivo da renda dos trabalhadores.

HIPÓTESE: ENTRADA EM APOSENTADORIA

No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores demonstrando que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.

6. ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DA TAXA REAL DE JUROS ATUARIAL

Em consonância com o item 69 do GUIA PREVIC – Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar e com o § 4º do Art. 3º da Instrução PREVIC nº 23/2015, nossa Consultoria Atuarial tomou por base o Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano BD nº 002 da FAELBA, realizado em dezembro de 2016 por Consultoria Financeira contratada pela FAELBA para o Plano, com resultados posicionados em 31/12/2016 e tomando por base o cadastro de Participantes e Assistidos posicionado em 31/12/2016, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos futuros, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017.

Conforme apresentado no JM/2361/2017, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 5,54% ao ano, indicando que a carteira atual de ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 5,54% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC Nº 375/2017, para a Duração do Passivo de 9,09 anos, que varia de 4,38% ao ano até 6,66% ao ano.

Neste contexto, a FAELBA optou por adotar a Taxa Real de Juros de 4,38% ao ano para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017, que se encontra no intervalo estabelecido para adoção de Taxa de Juros no Plano.

7. SUPERÁVIT

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2016 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2017 (*1)	R\$ 80.511.112,08
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2017 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 16.657.409,54
Adoção da Taxa Real de Juros de 4,38% a.a.	R\$ 1.703.708,99
Adoção do Crescimento Real de Salário de 1% a.a.	R\$ 53.699,04
Destinação de Resultado Técnico apurado como Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ (25.377.085,00)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ 7.429.354,80
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2017 (*4)	R\$ 80.978.199,45

(*1): R\$ 80.511.112,08 = 75.441.446,85 x 1,0672 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela FAELBA para 31/12/2017 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2016 evoluído para 31/12/2017 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 1,96% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2017, que foi de R\$ 379.206.958,85 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2017. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como “Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*4): Superávit Técnico Acumulado de R\$ 80.978.199,45, que representa 21,35% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2017, que foi de R\$ 379.206.958,85, após realizada a destinação voluntária parcial em 31/12/2017, foi contabilizado como Reserva de Contingência no valor de R\$ 71.518.432,44 e como Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$ 9.459.767,01.

NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO

Considerando que, neste exercício de 2017, está sendo realizada a voluntária parcial do valor apurado a título de Reserva Especial para Revisão de Plano, sabendo que, mesmo estando sendo adotadas hipóteses atuariais sustentáveis, com destaque para a taxa real de juros/descontos de 4,38% ao ano e para a Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”, continua a existir parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite da Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de 8,86 anos})]$ das Provisões Matemáticas, caracterizada com de origem estrutural, passível de ser destinada para a realização de revisões do Plano, nas formas estabelecidas no Regulamento do Plano e na Legislação Vigente, evidenciando, assim, a natureza estrutural do Resultado (Superávit) Técnico Acumulado, sendo então necessária sua destinação, visando manter o equilíbrio financeiro do Plano.

INEXISTÊNCIA DE INADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO DO PATROCINADOR

Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas, desde 31/12/2010.

8. PARECER ATUARIAL

CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR

1) Face a situação atuarial do Plano ter alcançado um nível superavitário, que, nos termos da legislação aplicável, permitiu a redução integral das contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios do Plano, o custo total desses benefícios é nulo.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2017, a idade média dos participantes ativos é de 62 anos.

2) Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2016 para o final do ano 2017, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

REFERÊNCIA	31/12/2016	31/12/2017	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	387.951.807,00	372.465.382,04	-3,99%
Provisão de Benefícios a Conceder (*1)	7.236.495,00	6.741.576,81	-6,84%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	395.188.302,00	379.206.958,85	-4,04%

(valores em R\$)

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA MITIGAÇÃO

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 02 da FAELBA, patrocinado pela COELBA, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior), em razão do fechamento do Plano, em 30/09/1998, a novas adesões de participantes, face à entrada em vigência do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 4,38% ao ano, em função da necessidade de adequação ao limite para adoção de Taxa Real de Juros estabelecido pela legislação vigente e do Crescimento Real de Salário de 1% ao ano, adotado em função das perspectivas pela Patrocinadora em relação a sua política de evolução salarial, apresentou em 31/12/2017, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 106.355.284,45, equivalente a 28,05% das Provisões Matemáticas do Plano, então existentes, de R\$ 379.206.958,85, cuja abertura estabeleceu o montante de R\$ 71.518.432,44, contabilizado como Reserva de Contingência (equivalente a 18,86% das Provisões Matemáticas) e o valor de R\$ 34.836.852,01, registrado como Reserva Especial para Revisão de Plano antes da destinação voluntária parcial realizada

- 2) A FAELBA aprovou a destinação voluntária parcial de R\$ 25.377.085,00 da Reserva Especial para Revisão de Plano apurada em 31/12/2017, no valor de R\$ 34.836.852,01, distribuídos à razão de 53,434024% para Participantes e Assistidos e 46,565976% para a Patrocinadora (proporção calculada conforme JM/2415/2014 e JM/3043/2014 apresentados em resposta ao Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014 da PREVIC que trata sobre “Destinação de Reserva Especial do Plano de Benefícios Previdenciários nº 002, CNPB nº 1974.0005-83, com reversão de valores ao patrocinador”), conforme segue: R\$ 13.402.957,68 para os Assistidos, para pagamento de benefício temporário de valor igual a 6 Benefícios (valor-base de dezembro de 2017) cuja forma de pagamento será definida pelo Conselho Deliberativo da Entidade; R\$ 157.040,01 destinados aos Participantes, inclusive autopatrocinados e optantes pelo BPD, para pagamento de 6 benefícios projetados (valor-base de dezembro de 2017), por ocasião da concessão da complementação de aposentadoria, cuja forma de pagamento será definida pelo Conselho Deliberativo da Entidade; e R\$ 11.817.087,31 destinados a Patrocinadora COELBA, a título de reversão de contribuições, em 36 (trinta e seis) prestações mensais e consecutivas, a contar do mês seguinte à aprovação pela PREVIC, em conformidade com o Regulamento do Plano.

Abertura resumo da destinação com base na proporção de 53,434024% para Participantes e Assistidos e 46,565976% para a Patrocinadora:

RECEBEDOR	VALOR
Participantes	R\$ 157.040,01
Assistidos	R\$ 13.402.957,68
Patrocinadora Coelba	R\$ 11.817.087,31
Total	R\$ 25.377.085,00

(valores em R\$)

Sendo esses valores já revertidos em 31/12/2017 para os Fundos Previdenciais constantes na “Letra f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:” desta Demonstração Atuarial, conforme estabelecido na NOTA TÉCNICA ATUARIAL, relativa ao Plano de Benefícios Previdenciários BD Nº 02 da FAELBA (CNPB: 1974.0005-83), incluindo as regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais, ajustadas aos termos da Nota nº 322/2014/CGMA/DIACE/PREVIC, pela qual se aplicam as destinações de reserva especial, em atendimento a letra “f” do item 88. do Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014, tendo em vista a aprovação dos procedimentos destacados neste item, nos termos descritos no Ofício nº 410/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2015.

NOTA: Paralelamente a destinação realizada no exercício de 2017, os totais apresentados na “Subseção f)”, contemplam reversões de valores anteriormente contabilizados na “Subseção e)”, considerando as regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais, ajustadas aos termos da Nota nº 322/2014/CGMA/DIACE/PREVIC, pela qual se aplicam as destinações de reserva especial, em atendimento a letra “f” do item 88. do Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014, tendo em vista a aprovação dos procedimentos destacados neste item, nos termos descritos no Ofício nº 410/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2015.

3) Destacamos ainda que, para destinação de R\$ 25.377.085,00, na proporção de aproximadamente 53,434024% para os Participantes e Assistidos e de 46,565976% para o Patrocinador, foram utilizados os princípios apresentados pela legislação vigente, com destaque para os seguintes parâmetros:

- a) utilização da tábua biométrica que gere expectativas de vida completa iguais ou superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-2000 Suavizada em 10% (dez por cento), sendo utilizada nesta avaliação atuarial referente ao encerramento do exercício de 2017 a Tábua “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”, observado o disposto nos subitens 2.1 e 4.8 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 2006, conforme apresentado na “letra a) Seção das Hipóteses Atuariais” desta Demonstração Atuarial;
- b) utilização da taxa real de juros de 4,38% ao ano, observando o limite máximo correspondente ao teto estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, reduzida em ao menos um ponto percentual, teto este correspondente ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro, conforme apresentado na “letra a) Seção das Hipóteses Atuariais” desta Demonstração Atuarial, destacado abaixo:

TAXA DE JUROS	TAXA ADOTADA (*1)	TAXA LIMITE (*2)	TAXA PARÂMETRO	TAXA MÁXIMA (*3)
Valor (% a.a.)	4,38%	5,66%	6,26%	6,66%

(*1) Taxa de juros correspondente ao limite mínimo estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução nº 18/2006 e Portaria PREVIC/DIACE nº 186 de 28/04/2016;

(*2) Taxa de juros correspondente ao limite máximo estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução nº 18/2006, reduzida em um ponto percentual, conforme estabelecido na Resolução CGPC nº 26/2008; e

(*3) Taxa de juros correspondente ao limite máximo estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução nº 18/2006, considerando a duração do passivo calculada em 9,09, com base na Resolução CGPC nº 18/2006 e Portaria PREVIC/DIACE nº 186 de 28/04/2016.

- c) anteriormente à destinação, foi observado que caso o valor do ajuste de precificação, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial de 4,38% ao ano, e o valor contábil desses títulos, se fosse negativo, seria deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, sendo o valor desse ajuste de precificação igual a R\$ 42.083.359,25 em 31/12/2017.
- 4) Os principais fatores que influenciaram para aumento ou redução significativa dos compromissos atuariais na avaliação atuarial, são os seguintes:
- Adoção da Taxa Real de Juros de 4,38% ao ano (- R\$ 1,7 milhões no valor das Provisões Matemáticas); e
 - Adoção do Crescimento Real de Salário de 1% ao ano: (- R\$ 0,05 milhões no valor das Provisões Matemáticas).

5) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- Tábua de Mortalidade Geral: “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: “ $q_x^1 = q_x$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)”;
- Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (MÉDIA);
- Rotatividade: Considerada Nula;
- Taxa real de juros/desconto: 4,38% ao ano;
- Projeção de Crescimento Real de Salários: 1% ao ano;
- Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição;
- Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada uma Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, revisada periodicamente;
- Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 100% (que é compatível, inclusive, com uma inflação anual média nula ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano); e
- Entrada em Aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no primeiro momento em que ele preencha as condições, previstas no Regulamento do Plano Previdenciário de Benefício Definido nº 002, para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução. Caso não cumpra as condições em sua integridade poderá receber o seu benefício com reduções, prevista no já mencionado Regulamento.

- 6) Para o exercício de 2018, está sendo mantida, face à situação atuarial do Plano, em conformidade com a legislação aplicável, a não cobrança de contribuição dos participantes (inclusive os assistidos) e do Patrocinador para o custeio dos benefícios. O custeio das despesas administrativas de responsabilidade do Patrocinador, será feito com base no Fundo Administrativo, sendo que, quando da reversão do FUNDO COELBA em favor do Patrocinador COELBA, na forma permitida pela legislação aplicável, 15% das reversões efetivamente realizadas ocorrerão na forma de transferência para o Fundo Administrativo.

A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2017, foi de 9,85%, contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 6,72% o que, em termos reais, representou obter 7,75% contra uma expectativa atuarial de 4,33% ao ano em vigor durante o exercício de 2017, adotando-se o INPC do IBGE, aplicado com 1 (um) mês de defasagem, como indexador do Plano.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência e como Reserva para Revisão de Plano (antes de sua destinação integral após o decurso de 3 exercícios consecutivos), atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas nesta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-reclusão, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FAELBA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, o qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2017, refletida nesta D.A..

VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2016 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2017 (*1)	R\$ 80.511.112,08
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2016 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 16.657.409,54
Adoção da Taxa Real de Juros de 4,38% a.a.	R\$ 1.703.708,99
Adoção do Crescimento Real de Salário de 1% a.a.	R\$ 53.699,04
Destinação de Resultado Técnico apurado como Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ (25.377.085,00)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ 7.429.354,80
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016 (*4)	R\$ 80.978.199,45

(*1): $R\$ 80.511.112,08 = 75.441.446,85 \times 1,0672$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela FAELBA para 31/12/2017 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2016 evoluído para 31/12/2017 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 1,96% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2017, que foi de R\$ 379.206.958,85 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2017. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*4): Superávit Técnico Acumulado de R\$ 80.978.199,45, que representa 21,35% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2017, que foi de R\$ 379.206.958,85, após realizada a destinação voluntária parcial em 31/12/2017, foi contabilizado como Reserva de Contingência no valor de R\$ 71.518.432,44 e como Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$ 9.459.767,01.

NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO

Considerando que, neste exercício de 2017, está sendo realizada a destinação voluntária parcial do valor apurado a título de Reserva Especial para Revisão de Plano, sabendo que, mesmo estando sendo adotadas hipóteses atuariais sustentáveis, com destaque para a taxa real de juros / descontos de 4,38% ao ano e para a Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”, continua a existir parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite da Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de 8,86 anos})]$ das Provisões Matemáticas, caracterizada com de origem estrutural, passível de ser destinada para a realização de revisões do Plano, nas formas estabelecidas no Regulamento do Plano e na Legislação Vigente, evidenciando, assim, a natureza estrutural do Resultado (Superávit) Técnico Acumulado, sendo então necessária sua destinação, visando manter o equilíbrio financeiro do Plano.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, no que se refere ao Benefício de Auxílio-Reclusão, o mesmo está avaliado em conjunto com o Benefício de Pensão por Morte.

Rio de Janeiro, 07 de Março de 2018

Gabriel Pimentel Sátyro José Roberto Montello

Atuário MIBA 2799

Atuário MIBA 426



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO

Se o ano de anterior foi marcado por eventos políticos, incerteza e volatilidade, o ano de 2017 não foi diferente nesse sentido: instabilidade política e trocas de governo nas principais economias, elevação de tensões geopolíticas, medidas e discursos antiglobalização e uma inexplicável conjunção de alto crescimento com baixa inflação. Tudo isso, aliado a uma liquidez sem precedentes, alimentou um paradoxo insólito: aumento do apetite por risco aliado a preocupações quanto a uma crise global iminente.

No exterior, Donald Trump iniciou seu mandato nos Estados Unidos reafirmando sua retórica ufanista, protecionista e antiglobalização. Suas primeiras medidas à frente da Casa Branca foram o cancelamento do Acordo Transpacífico (TPP) - um projeto de livre comércio envolvendo 12 países – e um decreto limitando a entrada de imigrantes de 7 países de maioria muçumana.

Ainda no início de 2017, Trump tentou derrubar o programa de saúde conhecido como “Obamacare”, mas acabou sendo derrotado no Congresso americano, o que lançou dúvidas sobre a sua capacidade de aglutinação para aprovação da proposta de redução de impostos - sua principal promessa de governo –, o que resultou em maior volatilidade nos mercados.

Todavia, a economia americana continuou a mostrar sinais de exuberância, com crescimento do PIB e pleno emprego, o que, aliado a alta liquidez global, contribuiu com a continuidade do ciclo de alta dos ativos de risco mundo afora, a despeito do FED (banco central americano) ter mantido o seu programa de regularização monetária, promovendo três elevações da taxa de juros no ano.

No final do ano, a já pujante economia americana ganhou um empurrão de peso, que marcou a principal vitória de Donald Trump à frente do governo: uma vigorosa reforma fiscal que reduziu os impostos cobrados para as empresas de 35% para 21%, além de reduzir os impostos para as famílias. O movimento reforça ainda mais o crescimento econômico no curto prazo, mas aumenta sobremaneira a preocupação com a saúde das já deficitárias contas públicas do país no longo prazo.

Na Europa, os mercados iniciaram o ano sob forte incerteza diante da expectativa acerca dos resultados das eleições em alguns países da Zona do Euro, sobretudo na França e na Alemanha, onde os partidos de extrema direita vinham ganhando popularidade relevante. Contudo, com a vitória de partidos de centro na Holanda, França e Alemanha, o risco político foi atenuado.

A economia do Velho Continente estendeu a recuperação demonstrada no ano anterior e continuou a apresentar bons indicadores econômicos, com crescimento relevante do PIB e redução do desemprego. Diante dessa dinâmica positiva o Banco Central Europeu se mostrou propenso a reduzir os estímulos monetários (*quantitative easing*) pela metade a partir de 2018.

No continente asiático, o Japão seguiu com dificuldades para aquecer sua economia, a despeito dos estímulos monetários e da taxa de juro “zero”. Em relação à China, o atual governo conseguiu conduzir de forma satisfatória o rebalanceamento da matriz de crescimento da economia, reduzindo a dependência do modelo baseado em investimento e elevando o consumo.

O gigante asiático conseguiu entregar um crescimento vigoroso em 2017 (6,9%), o que, além de contribuir de maneira significativa para o crescimento mundial, ajudou a elevar ainda mais o apetite por ativos de risco. Em relação à política, o atual mandatário, Xi Jinping, foi reconduzido para um novo mandato e aumentou ainda mais sua influência, o que, apesar de gerar dúvidas quanto a esperada abertura política, minimiza a incerteza quanto ao rumo da condução econômica no curto prazo.

No Brasil, a instabilidade política deu a tônica dos mercados. Se em 2016 ela decorreu do processo de *impeachment*, em 2017 ela foi alimentada por denúncias de corrupção contra o presidente Temer. Apesar disso, o ano que passou marcou oficialmente o fim da crise que devastou a economia brasileira nos dois anos anteriores, a qual teve como corolário uma redução de mais de 7% do PIB.

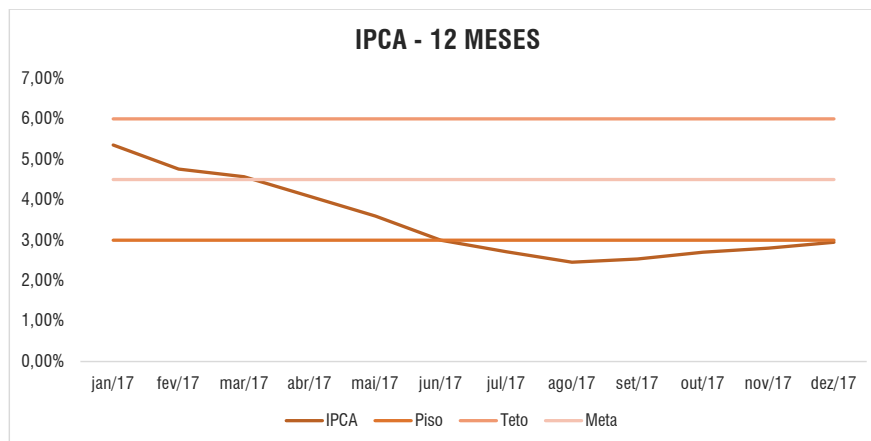
No campo político, o ano começou com bastante expectativa quanto a aprovação da agenda de reformas fiscais - sobretudo a reforma da Previdência -, haja vista a forte coalização estruturada pelo governo no Congresso. Avanços importantes como a PEC do teto de gastos e a reforma trabalhista animaram o mercado, que passou a incorporar a aprovação da reforma da Previdência ao preço dos ativos.

O clima de otimismo, no entanto, cedeu espaço ao pessimismo em 17 de maio, quando foi divulgado um áudio do empresário Joesley Batista, da JBS, no qual ligava o presidente Temer a um suposto esquema de corrupção. Além disso, foi divulgado um vídeo em que o principal assessor de Temer, Rodrigo Rocha Loures, aparecia recebendo uma mala de dinheiro. Ato contínuo, os mercados abriram em derrocada no dia seguinte, levando, inclusive, à paralização temporária das negociações.

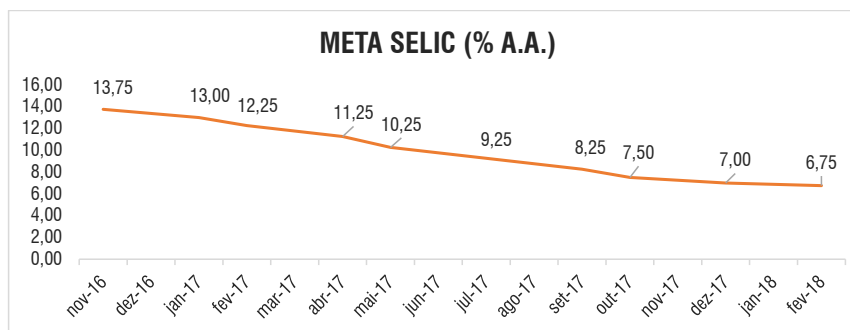
A despeito da comoção generalizada, Michel Temer conseguiu se manter no poder, e, pouco a pouco, devido a dúvidas quanto a autenticidade e a legalidade das gravações, o processo foi perdendo força e o presidente reaglutinou a maior parte da base aliada. Todavia, a aguardada reforma da previdência sucumbiu diante do episódio, e o governo focou os seus esforços na agenda econômica e na aprovação da reforma trabalhista, a qual foi aprovada e sancionada em julho.

O grande destaque de 2017, sem dúvida, foi a retomada da economia. O PIB voltou a crescer e marcou um avanço de 1% em relação ao ano anterior. O desemprego, apesar de ainda elevado, começou a mostrar sinais de diminuição. Por outro lado, a inflação, medida pelo IPCA, apresentou um comportamento deveras benigno, fechando o ano abaixo do piso da meta pela primeira vez desde a criação do sistema de metas em 1999.

A inflação, que fechou o ano 2016 em 6,29%, passou por uma forte correção em 2017. O IPCA marcou surpreendentes 2,95% contra uma projeção de 4,87% (relatório Focus 2016). A principal contribuição para redução da inflação veio dos alimentos, cujos preços despencaram na esteira de uma das maiores safras da história brasileira (segundo a Conab). No entanto, com exceção dos preços administrados (transportes, energia, etc), a queda foi generalizada entre os indicadores que compõem o índice, reforçando o caráter sustentável da desaceleração do avanço de preços.

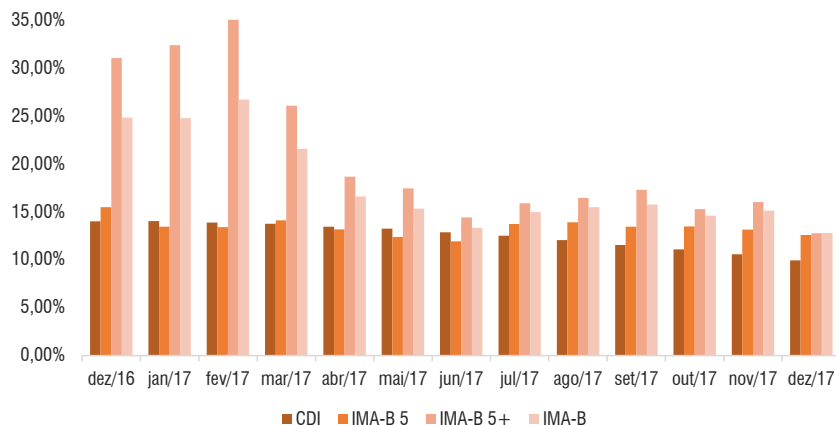


O controle inflacionário exerceu papel fundamental para continuidade da flexibilização da política monetária conduzida pelo Copom. O colegiado do Banco Central seguiu reduzindo a taxa de juros de forma gradual à medida que os indicadores mensais corroboravam a desaceleração da inflação. A Selic, que iniciara o ano em 13,75%, encerrou 2017 no patamar histórico de 7%.



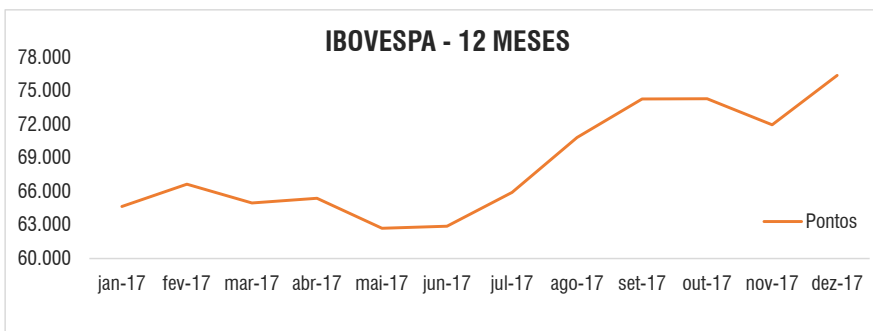
Os ativos de renda fixa foram extremamente beneficiados, não só pela distensão da política monetária, mas também pelo comportamento benigno do risco-país, medido pelo CDS (*Credit Default Swap*; espécie de seguro negociado no mercado internacional), que recuou consideravelmente, fazendo com que a curva de juros brasileira fechasse de forma generalizada, resultando em valorização significativa em todos os vencimentos.

INDICADORES RENDA FIXA - 12 MESES (ANUALIZADO)



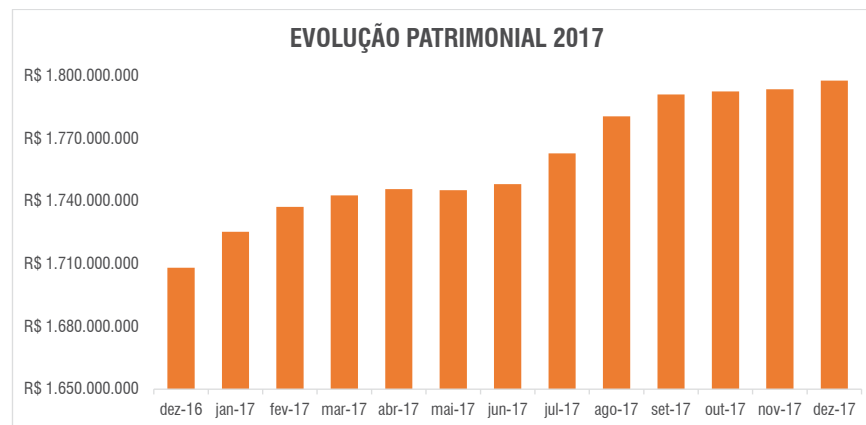
A redução da taxa de juros ao longo do ano não só contribuiu com a retomada da economia como também fez com que a procura por ativos de risco aumentasse. A busca por retornos acima da Selic (taxa livre de risco) aliada à recuperação econômica, avanço da agenda liberal e elevada liquidez externa, reverberou no índice Bovespa, que fechou o ano com alta de 26,86%, estendendo os excelentes ganhos de 2016 (38,94%).

IBOVESPA - 12 MESES

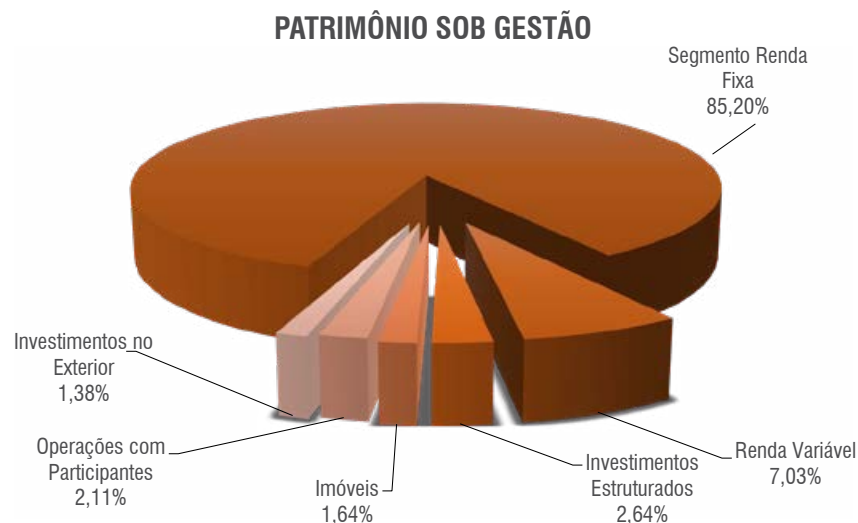


2. PATRIMÔNIO GERAL

O Patrimônio da FAELBA apresentou um crescimento de 5,24% no ano de 2017 fechando dezembro com R\$ 1.797.669.332.



2.1. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO



No encerramento do ano, o patrimônio da Faelba estava distribuído da seguinte maneira: 85,20% em renda fixa (-2,58% em relação a 2016); 7,03% em renda variável (incremento de 24,98%); 2,64% em investimento estruturados (aumento de 32,36%); 2,11% em empréstimos (-14,11%); 1,64% em imóveis (aumento de 32,65%) e 1,38% em investimentos no exterior.

Em relação a alocação do ano anterior, a principal variação ocorreu no segmento de investimentos no exterior, cujo patrimônio cresceu em 113,18%. Este incremento, além da excelente rentabilidade das posições em renda variável no exterior, decorreu da decisão da Faelba de iniciar a alocação em renda fixa no exterior, em um esforço contínuo para aumentar a diversificação da carteira, melhorando a rentabilidade e mitigando o risco das posições já existentes.

Em relação aos demais ativos, destaca-se: o incremento de 32,65% no patrimônio de imóveis, fruto da valorização percebida após a avaliação dos ativos que compõem a carteira da Fundação; o incremento de 32,36% no segmento de investimentos estruturados, decorrente tanto do aumento da alocação no segmento quanto da excelente rentabilidade dos fundos multimercados estruturados; e do aumento de 24,98% em renda variável, que reflete a excelente rentabilidade do segmento no ano. Como reflexo do crescimento destes segmentos, tivemos uma redução marginal do segmento de renda fixa, que passou de 87,42% para 85,21%.

O maior decréscimo em termos de representatividade no patrimônio, ano contra ano, ocorreu no segmento de operações com participantes (empréstimos). O segmento fechou o ano com participação de 2,11%, cerca de 14% inferior ao registrado em 2016. O decréscimo se deu tanto pela menor inflação no período - uma vez que a carteira de empréstimos é corrigida por índice de preço - quanto pela baixa das provisões contábeis para inadimplência, procedimento que vai ao encontro das melhores práticas de governança no que tange a gestão desta classe de ativos.

3. RENTABILIDADE ANUAL E PATRIMÔNIO POR PLANO

Dentre os planos da Faelba, o Plano CD - tal como esperado, dada maior diversificação do seu portfólio - foi aquele que apresentou maior rentabilidade nominal, fechando o ano de 2017 com desempenho de 12,86%.

O Plano BD, por sua vez, apresentou rentabilidade de 9,85% em 2017, conforme previsto, uma vez que a maior parte dos ativos que compõem sua carteira estão marcados na curva (até o vencimento), o que lhe confere razoável previsibilidade.

Em relação Plano de Gestão Administrativa (PGA), o mesmo apresentou retorno de 10,56% no ano, o que representa 106% do CDI (9,93%). O bom desempenho do Plano reflete o rebalanceamento realizado no portfólio, cujo o objetivo foi melhorar a diversificação e a performance do plano no longo prazo.

PLANO	PATRIMÔNIO R\$	RENTABILIDADE
BD	532.070.915,31	9,85%
CD	1.224.138.426,97	12,86%
PGA	41.459.989,37	10,56%
Consolidado	1.797.669.331,65	11,69%

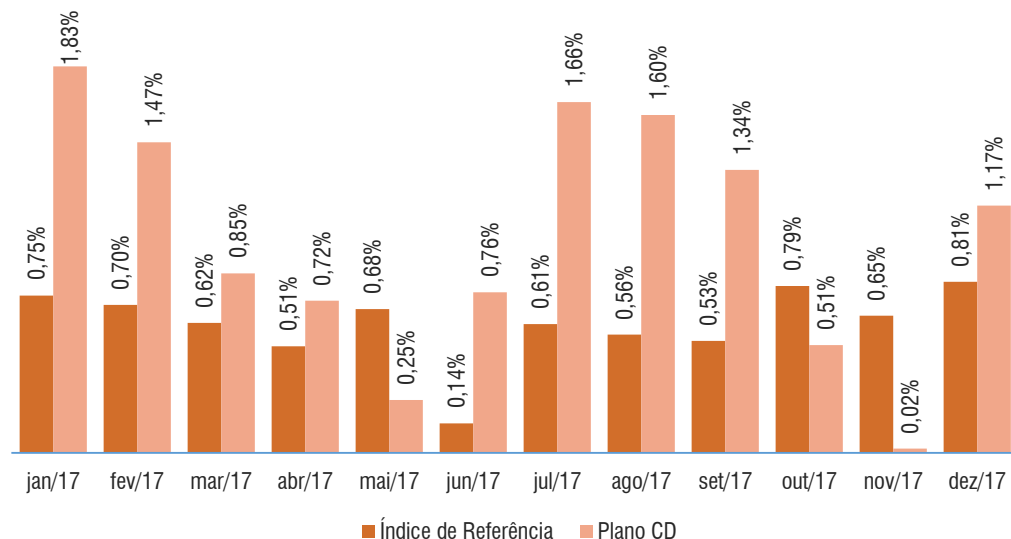
3.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD)

Em 2017, o Plano CD se destacou em relação aos demais planos, com rentabilidade acumulada de 12,86%, refletindo, como esperado, o efeito positivo das suas posições de maior risco relativo - como renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior -, preservando, no entanto, seu caráter defensivo e elevada margem de segurança, haja vista sua posição majoritária ativos de renda fixa e de elevada liquidez.

O resultado do Plano CD apresentou uma redução em relação ao ano anterior (14,89%), o que era amplamente esperado, dada a vigorosa redução da Taxa Selic (14,02% em 2016 contra 9,94% em 2017) e a elevada posição do plano em renda fixa (79,51%). Entretanto, em termos relativos, a carteira do Plano CD apresentou uma excelente rentabilidade, passando de 106% do CDI em 2016 (14,89% x 14,00%) para 130% do CDI (12,86% x 9,93%), o que, conforme mencionado, reflete os efeitos da diversificação da carteira.

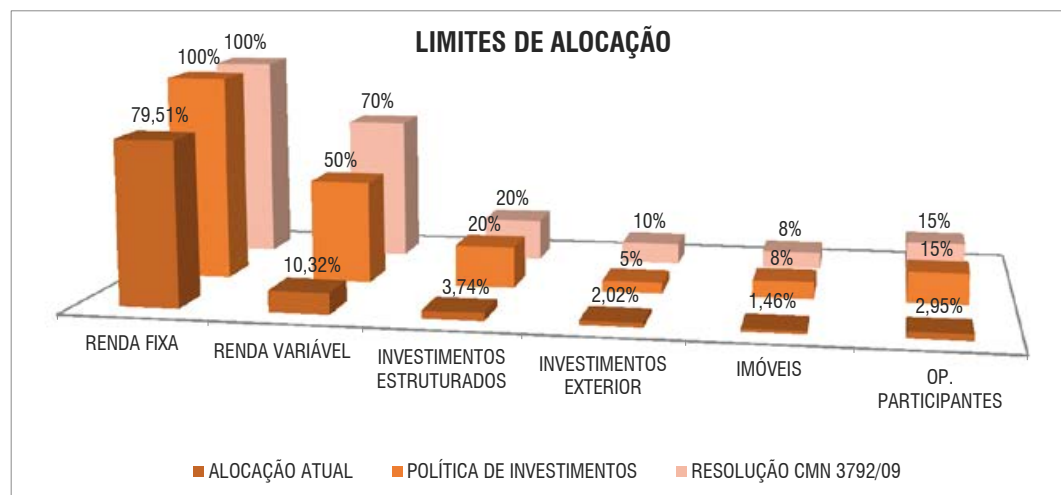
Quando comparado em relação ao índice de referência do plano (IPCA + 4,5% a.a.) o resultado de 2017 também apresenta uma evolução consistente. Enquanto em 2016 o Plano CD apresentou um desempenho de 135% do índice de referência (14,89% x 11,05%) em 2017 o resultado atingiu 171% (12,88% x 7,52%).

Por fim, além da análise relativa nominal, cabe ressaltar a excelente evolução do resultado em termos reais. Deduzindo a inflação do período, medida pelo IPCA, o retorno real do Plano CD em 2017 foi de 9,63% (12,86% x 2,95%), superando 8,09% do ano de 2016 (14,86% x 6,29%). O crescimento do “poder de compra” observado se deve principalmente à forte desaceleração da inflação no período, aliada ao bom desempenho da carteira do plano.



3.1.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Faelba manteve o índice de referência do Plano CD (IPCA + 4,5% ao ano) para o exercício de 2017. Os limites de alocação por segmento estabelecidos na Política Investimentos, foram:



Seguem *benchmarks* por segmento de investimentos e metas de rentabilidade:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Fixa	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Variável	IBrX + 3% a.a	IPCA + 9,59% a.a
Investimentos Estruturados	120% do CDI a.a	IPCA + 6,36% a.a
Investimentos no Exterior	MSCI World a.a	MSCI World a.a
Imóveis	INPC a.a	INPC a.a
Operações com Participantes	IPCA + 4,60% a.a	IPCA + 4,60% a.a

No caso do Plano CD da Faelba, as metas de rentabilidade não configuram obrigação, apenas um referencial baseado nas estimativas utilizados na Política de Investimentos.

A despeito da organização de seus investimentos baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a Entidade adota uma estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento dos seus ativos.

Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada, prazo, dentre outras. Além de servir como referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como parâmetro para o controle e monitoramento de riscos.

MANDATO	BENCHMARK
Renda Fixa Híbrida	% CDI + IMA B5 + IMA B5+
Renda Fixa Gestão Ativa	% CDI + IMA B5 + IMA B5+
Multimercado Institucional Exclusivo	CDI + 2% a.a
Renda Fixa Crédito	CDI + 1% a.a
Renda Fixa Conservador	CDI a.a
Renda Variável Ativa	IBrX + 3% a.a
Estruturados - Multimercados	120% do CDI a.a
Estruturados - FII e FIP	IPCA + 7% a.a
Investimentos no Exterior	MSCI World a.a

A seguir, detalha-se resumidamente a estrutura de cada um dos mandatos observados:

Mandato Renda Fixa Híbrida: representa os investimentos em fundos exclusivos de renda fixa, compostos predominantemente por títulos públicos, cujo *benchmark* é composto por índices tanto de curto quando de longo prazo. No exercício de 2017, a Faelba optou por reduzir em 5% a parcela alocada em CDI, destinando-a à alocação em títulos de vencimento mais longo atrelados à inflação, representados pelo IMA-B 5+. O objetivo que norteou a alteração foi reduzir o impacto da renunciada redução de juros, e ao mesmo tempo capturar os ganhos oriundos do fechamento da curva de juros com a redução do prêmio de risco do Brasil. Em 2017, foram utilizados os seguintes *benchmarks*:

PERÍODO	BENCHMARK
Jan/2017 - Dez/2017	65% CDI + 30% IMA-B 5 + 5% IMA-B 5+

Renda Fixa Gestão Ativa: esse mandato engloba os investimentos em fundos abertos de renda fixa passiva, com gestores especialistas em cada um dos indexadores que compõem o *benchmark* do Mandato Híbrido (CDI, IMA-B 5 e IMA-B 5+).

Multimercado Institucional Exclusivo: mandato composto por fundos exclusivos que aplicam em renda fixa de forma ativa, com o objetivo de obter retornos acima da taxa livre de risco, podendo aplicar em diversos ativos, inclusive em cotas de outros fundos.

Renda Fixa Crédito: esse mandato compreende os investimentos em veículos destinados à aquisição de títulos privados, que buscam prêmio em relação às taxas de juros praticadas no mercado através da assunção de risco de crédito.

Renda Fixa Conservador: esse mandato é composto por investimentos em veículos destinados de aquisição de títulos públicos atrelados a CDI/SELIC, ou seja, expostos preponderantemente à taxas pós-fixadas.

Renda Variável Ativa: abrange o consolidado dos investimentos do segmento de renda variável da Fundação – dispostos através da estrutura Core & Satelite – cujo objetivo é superar o *benchmark* de referência.

Investimento Estruturado - Multimercados: esse mandato reúne os Fundos Multimercados que não obedecem, necessariamente, a todos os pontos da legislação aplicável às EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

Investimento Estruturado – FII e FIP: esse mandato reúne Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos de Participação.

Investimentos no Exterior: abrange a alocação em fundos de gestores externos cujos ativos sejam preponderantemente alocados no exterior.

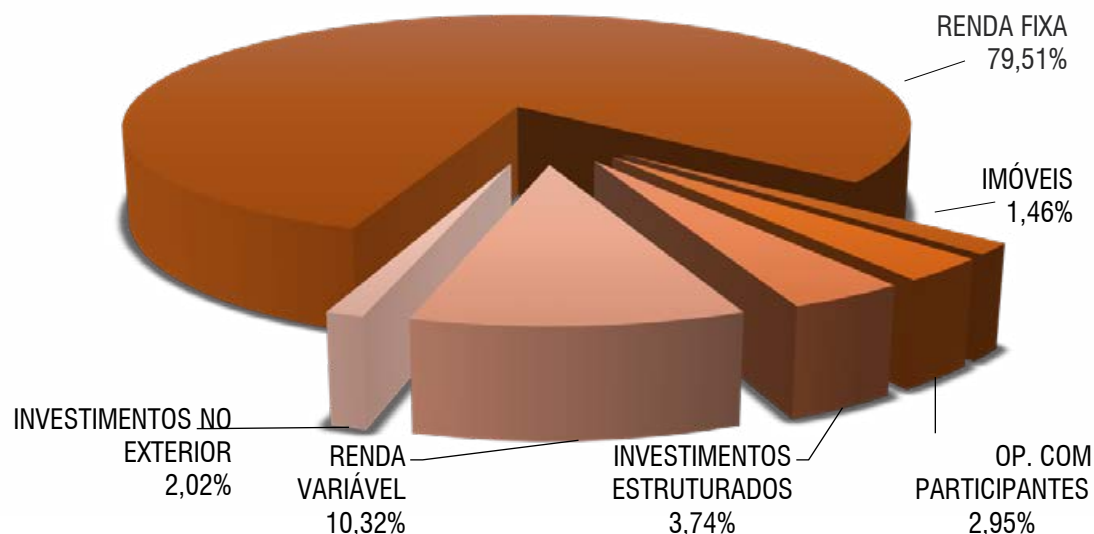
Em relação ao acompanhamento de risco de mercado, a Faelba, em consonância com a legislação vigente, adota a metodologia *Value-at-Risk (VaR)*, cuja função é estimar, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos que compõem a carteira analisada, qual a perda máxima esperada para as condições atuais de mercado.

Além do *VaR*, a Faelba faz uso da metodologia *Stress Test*, que realiza testes para simular qual seria a desvalorização máxima dos ativos em um cenário extremamente pessimista, de modo a aferir o impacto e a extensão das perdas na carteira analisada.

3.1.2. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	973.328.925,45	79,51%
Renda Variável	126.310.347,69	10,32%
Investimento no Exterior	24.785.725,66	2,02%
Estruturados	45.742.787,50	3,74%
Imóveis	17.857.684,55	1,46%
Op. Participantes	36.112.956,12	2,95%
Total	1.224.138.426,97	100,00%

PLANO CD - PATRIMÔNIO POR SEGMENTO



O plano CD encerrou o exercício com um patrimônio de R\$ 1.224.138.427. A maior parte está alocada em renda fixa, que conta com 79,51% deste total. Em relação ao ano anterior, o segmento apresentou uma redução de 2,87% na participação do plano. Em contrapartida houve um incremento na participação dos segmentos de renda variável (+1,36%), investimentos no exterior (+0,99%), investimentos estruturados (+0,69%) e imóveis (+0,34%). Estas alterações refletem principalmente a valorização destas posições, bem como o resultado das escolhas de perfil realizadas pelos participantes.

3.1.3 ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
RENDA FIXA		973.328.925,45
ITAÚ-UNIBANCO	FEF ITAU CD	96.001.463,13
BRDESCO	FEF BRADESCO CD	155.475.159,69
SANTANDER	FEF SANTANDER CD	171.594.602,75
SULAMÉRICA	SULAMERICA INEMA	77.290.417,11
VOTORANTIM	FEF VOTORANTIM RF CDI CD	396.121.809,60
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA BRASIL IMA-B 5	66.039.785,73
ICATU VANGUARDA	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO	10.805.687,44
RENDA VARIÁVEL		126.310.347,69
SULAMÉRICA INVEST DTVM	SULAMÉRICA EXPERTISE	206.857,15
SULAMÉRICA INVEST DTVM	SULAMÉRICA EXPERTISE II	3.224.521,93
BAHIA ASSET MANAGEMENT	BAHIA AM SMID CAPS FIC FIA	12.721.816,88
POLLUX CAPITAL ADM DE RECURSOS	POLLUX I.FIC FIA	8.777.369,82
FRANKLIN TEMPLETON INVEST	FT FEF CD FIA	71.818.004,06
VINCI PARTNERS	VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	7.499.581,79
JGP DTVM	JGP EXPLORER INSTITUCIONAL FIA	7.754.688,42
BNP PARIBAS	BNP PARIBAS ACTION	7.104.153,13
OCEANA INVESTIMENTOS	OCEANA SELECTION FIA	7.203.354,51
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		24.785.725,66
BBDTVM	BB MULTI BLACKROCK IE	8.541.997,97
VOTORANTIM	VOT. ALLIANZ EUROPE	6.126.756,05
PIMCO	PIMCO INCOME	10.116.971,64

ESTRUTURADOS		45.742.787,50
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES		11.397.362,38
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL	3.546.955,31
LACAN INVESTIMENTOS	LACAN FLORESTAL FIP	2.799.471,64
LACAN INVESTIMENTOS	LACAN FLORESTAL II	5.050.935,43
MULTIMERCADOS		34.345.425,12
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	BRASIL PLURAL	8.362.805,57
KONDOR ADM E GES DE RECURSOS	KONDOR LX	3.267.847,23
GARDE ASSET MANAGEMENT	GARDE D'ARTAGNAN	10.744.320,07
SAFRA	SAFRA GALILEO	11.970.452,25
TOTAL CD		1.170.167.786,30

3.1.4 REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 2017, os imóveis que compõem a carteira da Faelba passaram por uma reavaliação, conforme estabelece a legislação vigente, haja vista que a última avaliação fora realizada em 2014.

A avaliação realizada apresentou uma valorização significativa, o que resultou no crescimento da participação do segmento no Patrimônio da Faelba. O valor total do patrimônio investido em imóveis saiu de R\$ 22.263.680 em 2016 para R\$ 29.532.073 em 2017, sendo que destes R\$ 17.857.685 estavam alocados no Plano CD (60,47%).

3.1.5 RENTABILIDADE ANUAL

O Plano CD apresentou um resultado consolidado de 12,86% no ano, inferior em termos nominais ao resultado de 2016, mas muito superior quando comparado à taxa livre de risco, ao índice de referência, ou mesmo em termos reais, conforme mencionado acima.

O segmento que apresentou o melhor desempenho foi Renda Variável, cuja carteira rendeu 26,95% em 12 meses, superando, inclusive, o resultado - já excelente - do ano anterior (25,20%). Embora não tenha superado o seu *benchmark* (IBX + 3%), a carteira conseguiu capturar de forma efetiva a recuperação da bolsa brasileira, superando o principal índice do mercado, o Ibovespa (26,86%), acentuando a eficácia da estrutura *Core & Satellite*, sobretudo nos períodos de maior volatilidade.

Outro segmento que se destacou foi Investimentos no Exterior, que apresentou retorno de 23,20%, após ter apresentado resultado negativo em 2016 (-14,58%). As posições da Faelba foram diretamente beneficiadas pela maior liquidez global, e principalmente, pela recuperação da economia da Zona do Euro. Além disso, a desvalorização cambial (real mais fraco contra dólar e euro) contribuiu para a valorização deste segmento.

A alocação em Investimentos Estruturados apresentou resultado de 10,99%, acima do CDI, mas abaixo do resultado do ano anterior (12,57%). Mais uma vez, a maior contribuição veio da posição em fundos multimercados (+ 12,91%), que conseguiu capturar o fechamento da curva de juros brasileira, a despeito da alta volatilidade do ano. Do lado oposto, a alocação em FIPs detraiu valor relativo ao passo que contribuiu com valorização de apenas 3,99%, ante 8,16% em 2016.

Em relação ao principal segmento do portfólio, a alocação em Renda Fixa apresentou um resultado nominal de 11,11%, inferior aos 14,36% do ano anterior, reflexo principalmente da redução acentuada da taxa de juros. No entanto, em termos relativos, o resultado de 2017 foi equivalente a 112% do CDI contra 103% do CDI em 2016. O retorno do segmento representou 148% do Índice de Referência do plano, contra 130% em 2016. O resultado positivo adveio principalmente da alocação estratégica definida na Política de Investimentos, que prima pela diversificação de ativos através dos seus mandatos.

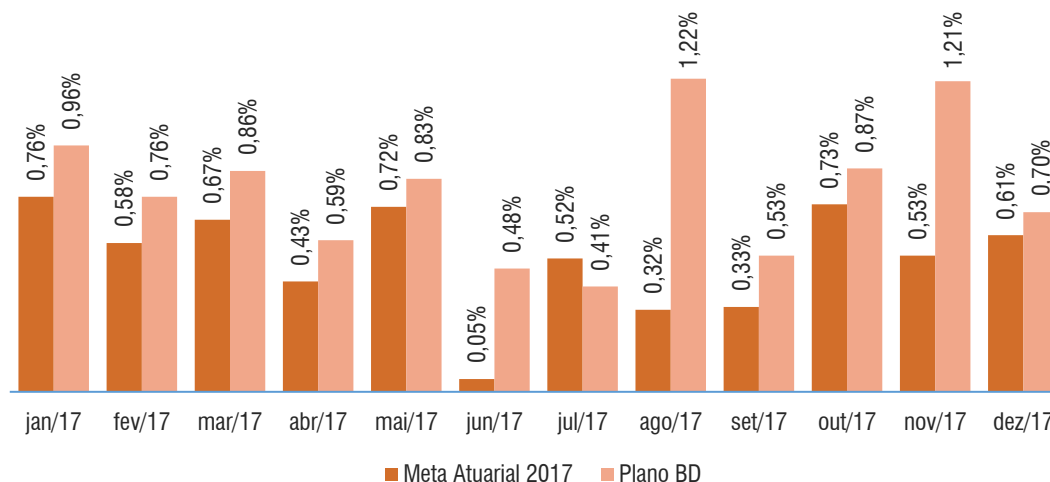
Dois segmentos apresentaram itens não recorrentes que impactaram seus resultados, muito embora em direções diferentes. O segmento de Imóveis foi deveras beneficiado pela avaliação realizada no ano, fechando com desempenho de 41,45%. Por outro lado, o segmento de Operações com Participantes fechou o ano com valorização de 6,67%, levemente impactado pela baixa das provisões contábeis para inadimplência.

Todos os segmentos apresentaram rentabilidade positiva no ano e apenas o segmento de Operações com Participantes performou abaixo do Índice de Referência. No consolidado o Plano CD superou o Índice de Referência em larga monta, com uma rentabilidade de 12,86% contra 7,52% do indicador, ou 171% deste.

PLANO CD		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA	% BENCHMARK
Renda Fixa	11,11%	148%
Renda Variável	26,95%	86%
Investimentos Estruturados	10,99%	91%
Investimentos no Exterior	23,20%	106%
Imóveis	41,45%	2002%
Op. Participantes	6,67%	87%
Consolidado	12,86%	171%

3.2 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)

Desde o estudo de ALM (Asset Liability Management) realizado em 2010 e suas reavaliações periódicas (a partir de 2013 as reavaliações passaram a ser semestrais), o Plano BD vem apresentando desempenho estável, visto que a maioria preponderante dos títulos que compõem a sua carteira estão marcados na curva, ou seja, são carregados até o vencimento e consideram o retorno estabelecido quando da sua aquisição, a despeito da oscilação diária dos seus preços, o que resguarda esses ativos da volatilidade decorrente das mudanças de cenários econômicos. Cabe ressaltar que o plano se encontra saldado e quitado, ou seja, seu saldo de ativos é suficiente para cobrir o passivo atuarial.

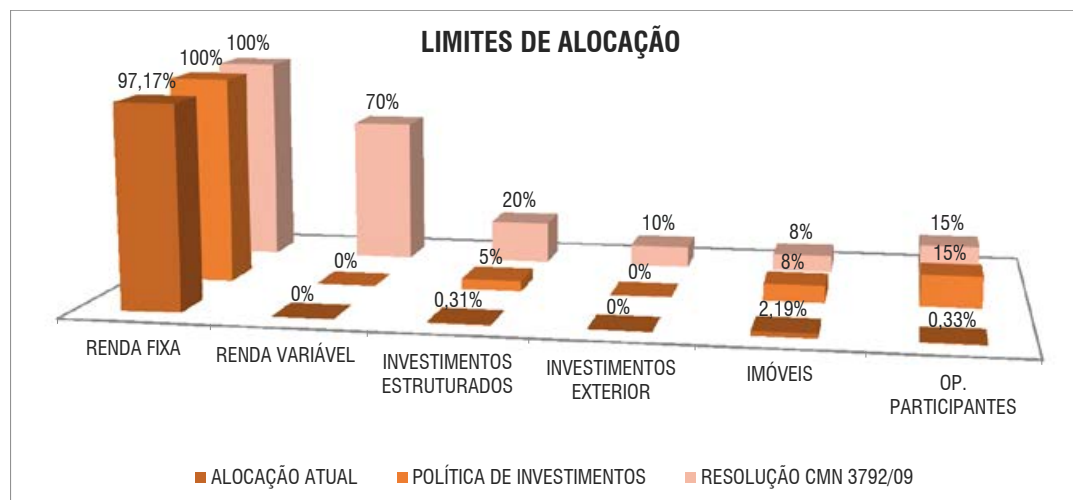


O Plano BD apresentou um retorno 9,85%, inferior aos 13,99% apresentados em 2016. Como a maior parte da carteira do Plano está alocada em títulos indexados à inflação, a rentabilidade nominal anual foi impactada pela redução acentuada do IPCA no ano. A despeito da redução em relação a 2016, o resultado do plano superou em larga medida a meta atuarial (INPC + 4,38%), que fechou o ano em 6,43%. Se considerarmos a inflação oficial medida pelo IPCA (2,95%), o plano fechou o ano com retorno real de 6,70%.

Foram realizados dois estudos de ALM no ano, que corroboraram a boa solvência exibida nos estudos anteriores. Os estudos não apontaram a necessidade de realizar movimentações para otimização da carteira ao longo do ano. De modo que foi mantida a alocação do encerramento do exercício de 2016.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em 2017, a Faelba, em atendimento a legislação vigente, alterou a Meta Atuarial do Plano BD de INPC + 4,10% para INPC + 4,38% ao ano. Os limites de alocação por segmento estabelecidos na Política Investimentos foram os seguintes:



Benchmarks por segmento de investimentos e metas de rentabilidade:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,38% a.a	INPC + 4,38% a.a
Renda Fixa	INPC + 4,38% a.a	INPC + 4,38% a.a
Investimentos Estruturados	IPCA a.a	IPCA a.a
Imóveis	INPC a.a	INPC a.a
Operações com Participantes	INPC + 4,60% a.a	INPC + 4,60% a.a

Assim como no Plano CD, a Faelba também organiza os investimentos do Plano BD na forma de mandatos para fins de gestão e monitoramento dos mesmos.

MANDATO	BENCHMARK
ALM	INPC + 4,38% a.a
Renda Fixa	IPCA + 7% a.a

A seguir, detalha-se resumidamente a estrutura de cada um dos mandatos observados:

ALM (Asset Liability Management): esse mandato contempla os veículos de investimento que carregam os títulos de longo prazo destinados a cobrir as obrigações atuariais do plano.

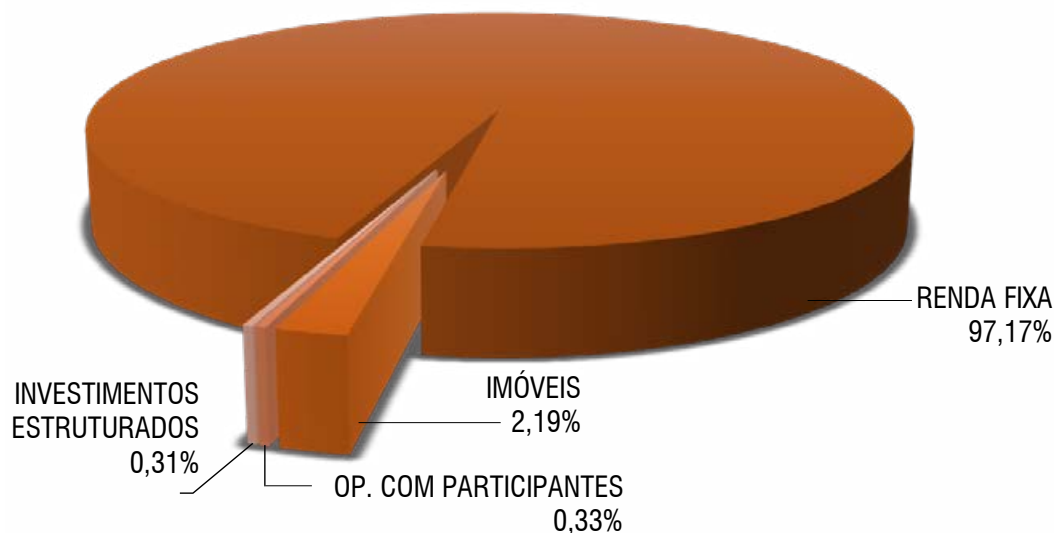
Investimento Estruturado – FII e FIP: esse mandato reúne Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos de Participação.

Em relação ao monitoramento do risco de mercado dos ativos que compõem a carteira do Plano BD, assim como ocorre no plano CD, a Política de Investimentos estabelece a utilização das metodologias *Value at Risk (VaR)* e *Stress Test*.

3.2.1 CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	516.986.798,40	97,17%
Estruturados	1.655.247,20	0,31%
Imóveis	11.674.388,95	2,19%
Op. Participantes	1.754.480,76	0,33%
Total	532.070.915,31	100,00%

PLANO BD - PATRIMÔNIO POR SEGMENTO



3.2.2 ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
RENDA FIXA		516.986.798,40
BRADESCO	FEF BRADESCO ATUARIAL BD	516.986.798,40
ESTRUTURADOS		1.655.247,20
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL	1.655.247,20
TOTAL BD		518.642.045,60

O fundo FEF Bradesco Atuarial BD concentra 97,17% do patrimônio do Plano BD. Sua carteira é composta majoritariamente por títulos públicos indexados à inflação e marcados até o vencimento (na curva), cuja movimentação ocorre de acordo com os resultados oriundos dos estudos periódicos de ALM.

Desde 2014, o Plano BD não possui exposição em renda variável conforme decisão do Conselho Deliberativo.

3.2.3 REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Assim como mencionado no relatório que trata do Plano CD, em 2017 foi realizada uma reavaliação que resultou em uma valorização substancial da carteira de imóveis da Faelba, cujo valor de R\$ 22.263.680 em 2016 foi atualizado para R\$ 29.532.073 em 2017, sendo que destes R\$ 11.674.389 estavam alocados no Plano BD (39,53%).

3.2.4 RENTABILIDADE ANUAL

PLANO BD		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA	% BENCHMARK
Renda Fixa	8,69%	135%
Investimentos Estruturados	17,27%	585%
Imóveis	41,45%	2002%
Op. Participantes	6,48%	97%
Consolidado	9,85%	153%

O segmento de renda fixa do plano BD encerrou o ano com alta de 8,69%, resultado que ficou abaixo do apresentado no ano anterior (13,41%), principalmente por conta do declínio acentuado da inflação no período (6,29% em 2016 x 2,95% em 2017), haja vista que a maior parte dos ativos que compõem a carteira são indexados à variação de preços, medida pelo IPCA. Ainda assim, o resultado do segmento conseguiu superar a meta atuarial (6,43%) em larga monta, representando 153% desta.

Com efeito, apesar da importância do resultado nominal para o acompanhamento do Plano, é importante ratificar que a maioria preponderante dos ativos da carteira são marcados até o vencimento (“na curva”) e suas movimentações são determinadas através de estudos de ALM, cujo principal objetivo é estabelecer a alocação de ativos mais eficiente para cumprir com as obrigações atuariais do plano, as quais, por sua vez, são revisadas anualmente, tendo em vista a atualização periódica da população que integra o plano de benefícios.

3.3 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Para o exercício de 2017, a Faelba alterou a meta de rentabilidade do Plano PGA de CDI + 0,5% no ano para CDI. Segue abaixo limite de alocação por segmento:

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (RESOLUÇÃO CMN Nº 3792)	POLITICA DE INVESTIMENTOS	ALOCÇÃO OBJETIVO
Renda Fixa	100%	100%	100%

Seguem abaixo os benchmarks por segmento e as respectivas metas de rentabilidade:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	CDI	CDI
Estruturados - FII e FIP	86% CDI + 14% IMA-B	86% CDI + 14% IMA-B

A Política de Investimentos estabelece que o monitoramento do risco de mercado será realizado através das metodologias Value at Risk (VaR) e Stress Test, as mesmas utilizadas nos demais planos da Faelba.

3.3.1 CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	41.459.989,37	100,00%
Total	41.459.989,37	100,00%

3.3.2 ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
BBDTVM	BB FEF PGA	41.459.989,37

3.3.3 RENTABILIDADE ANUAL

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) obteve um retorno de 10,56%, equivalente a 106% do CDI (9,93%), seu benchmark. O desempenho do plano reflete a decisão da Faelba de destinar 14% dos seus recursos para alocações em títulos indexados a inflação de maior prazo médio, com vistas a melhorar a rentabilidade no médio-longo prazo, preservando, no entanto, o caráter defensivo da carteira.

PLANO PGA		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA	% BENCHMARK
Renda Fixa	10,56%	102%
Consolidado	10,56%	106%

4. PERFIS DE INVESTIMENTO

4.1 PERFIS EXISTENTES

Dentre os planos de benefícios administrados pela Faelba, o único que possui perfis de investimentos é o Plano CD. São disponibilizadas sete opções de perfil para escolha dos participantes de acordo com sua tolerância a risco. Seguem abaixo as opções:

OPÇÃO DE ALOCAÇÃO	PERFIL CONSERVADOR % PROVISÃO MATEMÁTICA	PERFIL BÁSICO % PROVISÃO MATEMÁTICA	PERFIL DIFERENCIADO % PROVISÃO MATEMÁTICA
1	100	-	-
2	-	100	-
3	-	90	10
4	-	80	20
5	-	70	30
6	-	60	40
7	-	50	50

A rigor, os participantes dispõem de três grandes estratégias de investimento para definirem a opção de alocação (perfil) mais adequada à sua necessidade e tolerância a risco.

O Perfil Conservador, criado em 2014, é a opção de alocação com menor exposição a risco de mercado. Sua carteira deve ser composta exclusivamente por títulos públicos soberanos pós-fixados, e seu objetivo é entregar um retorno próximo a taxa livre de risco (taxa Selic), com a menor oscilação (volatilidade) possível.

O Perfil Básico é uma opção de alocação de risco moderado, no entanto sem exposição direta a ativos de renda variável. Sua carteira pode ser composta por diversas classes de ativos, e seu objetivo é superar a taxa livre de risco com baixa volatilidade.

O Perfil Diferenciado é uma opção de alocação de risco elevado, cuja carteira pode ser composta por ativos de renda variável no Brasil e no exterior. Seu objetivo é entregar retorno substancialmente superior a taxa livre de risco, aceitando, para tanto, maior volatilidade.

Dadas essas características, é facultado aos participantes a opção de alocar 100% no Perfil Conservador, 100% no Perfil Básico, ou ainda em uma combinação entre os Perfis Básico e Diferenciado, de acordo com o nível de exposição à renda variável que o participante deseje possuir, limitado a 50%.

No ano de 2017, os perfis apresentaram os seguintes resultados:

PERFIL	ACUMULADO EM 2017 (%)
Perfil Conservador	10,14
Perfil Básico	11,67
Perfil Diferenciado	26,79
Perfil 90 - 10	13,17
Perfil 80 - 20	14,68
Perfil 70 - 30	16,19
Perfil 60 - 40	17,70
Perfil 50 - 50	19,21

4.1.1 PERFIL CONSERVADOR

O perfil encerrou o ano com patrimônio de R\$ 273.496.588 (equivalente a 22,34% do Plano CD) e apresentou uma rentabilidade de 10,14% em 2017, abaixo do resultado nominal de 2016, quando o perfil teve retorno de 13,33%. Esta redução era amplamente esperada uma vez que o perfil aplica apenas em títulos soberanos vinculados a remuneração efetiva da Taxa Selic (Selic Over), que por sua vez apresentou redução significativa no período, passando de 14,02% em 2016 para 9,93% em 2017.

Apesar da redução em relação ao ano anterior, o perfil apresentou um excelente resultado, superando, de forma surpreendente, a própria Taxa Selic e o CDI, contrariando a expectativa, que era de um retorno levemente abaixo desses índices, dado sua exposição a risco. Corroborando a performance positiva no ano, o resultado do perfil superou o Índice de Referência do Plano CD (IPCA + 4,5%) em 35% (10,14% x 7,52%).

MANDATO CDI X CDI - 2017



4.1.2 PERFIL BÁSICO

Ao final do exercício, o patrimônio do perfil alcançou R\$ 809.662.737, crescendo 11,29% em relação a 2016. A rentabilidade do perfil foi de 11,67% no ano, inferior ao resultado de 2016 (14,24%) em termos nominais. Não obstante, quando comparado ao desempenho do mercado, ao benchmark do plano, ou mesmo em termos reais, o perfil apresentou um crescimento vigoroso. Respectivamente, o resultado do plano representou 118% do CDI (ante 102% em 2016); 155% em relação ao Índice de Referência do plano (ante 129% em 2016); e em termos reais, o rendimento, deduzida a inflação, foi de 8,47% contra 7,48% em 2016.

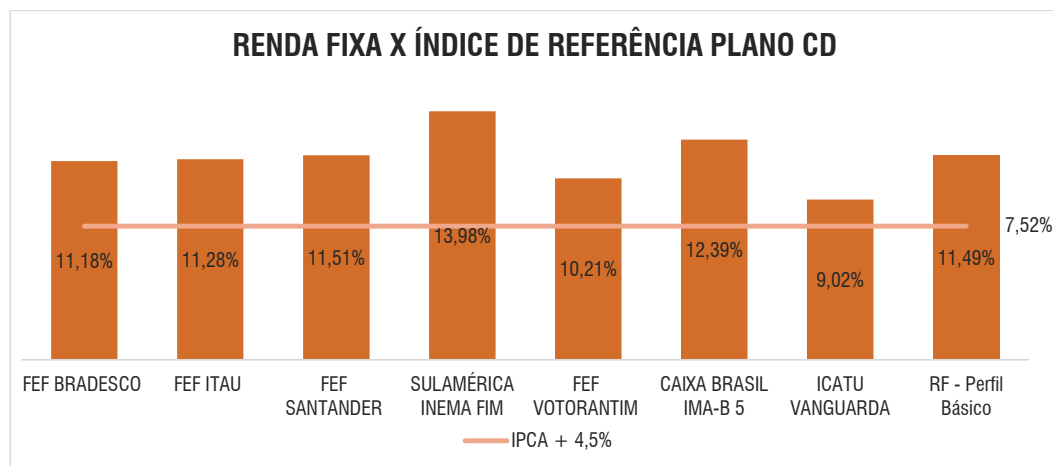
O bom resultado do Perfil Básico contribuiu sobremaneira para o Plano CD, haja vista se tratar do maior perfil do plano, com participação de 66,14% no patrimônio. Além disso, como mencionado, o Perfil Básico compõe a parcela de menor risco para aqueles participantes que optam pelo Perfil Diferenciado, o que reitera a sua importância.

Em relação à sua composição, o Perfil Básico é aquele que possui maior diversificação. Ao final de 2017 seus recursos estavam alocados da seguinte maneira: 86,44% em renda fixa local; 5,65% em investimentos estruturados; 4,46% em operações com participantes; 2,21% em imóveis e 1,25% investimentos no exterior (renda fixa). Mesmo considerando a concentração no segmento de renda fixa local, o perfil apresenta volatilidade moderada, haja vista que os ativos que compõem sua carteira são marcados a mercado, ou seja, são ajustados diariamente de acordo com sua oferta e demanda. Segue abaixo um resumo sobre o desempenho de cada um destes segmentos no ano.

RENDA FIXA

Este segmento contribuiu de forma expressiva para retorno do Perfil Básico, assim como para o Plano CD como um todo, tendo em vista o peso ponderado que exerce nos dois casos, dado o tamanho do seu patrimônio. A rentabilidade desta parcela atingiu 11,49%, o que representa 116% do CDI e 153% do Índice de Referência do Plano CD.

O bom resultado do segmento foi bastante influenciado pelo fechamento acentuado da curva de juros brasileira, que resultou em valorização vigorosa dos títulos prefixados e indexados à inflação. Neste sentido, a alocação estratégica definida pela Faelba na Política de Investimentos do Plano CD (65% CDI + 30% IMA-B 5 + 5% IMA-B 5+) contribuiu de forma significativa para o desempenho proficiente.



INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

De forma consolidada, esta estratégia agregou retorno para o perfil à medida que conseguiu superar o índice de referência do Plano CD e o CDI. O segmento apresentou rentabilidade de 10,99%, o que equivale a 146% do índice de referência do plano e a um ganho real, após deduzida a inflação, de 7,81%.

Dentre as estratégias que compõem o segmento, as alocações em fundos multimercados se destacaram com rentabilidade de 12,91%, equivalente à 130% do CDI. De modo geral, os ativos desse segmento conseguiram capturar de forma consistente o fechamento da curva de juros brasileira. Por outro lado, o segmento de fundos de participações (FIPs) detraiu valor relativo ao passo que apresentaram rentabilidade de 3,99%. Este resultado foi influenciado por posições que não atingiram o seu breakeven (ponto de equilíbrio). Cabe ressaltar, todavia, que o horizonte de investimento para essa classe de ativos é essencialmente de longo prazo.

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR - RENDA FIXA

O ano de 2017 marcou o início da alocação em ativos de renda fixa no exterior pela Faelba. O objetivo da estratégia é aumentar a diversificação da carteira do Perfil Básico e preservar a resiliência do portfólio, haja vista a menor correlação dos títulos de mercados maduros com os títulos de renda fixa no Brasil. Além disso, outro fator relevante para a decisão da Faelba foi a redução acentuada da Taxa Selic, que tende a impactar a remuneração da renda fixa local nos próximos anos, caso o movimento seja consistente.

Após uma ampla discussão envolvendo toda a estrutura de governança da Faelba, assim como uma longa curva de aprendizado que envolveu muitas horas de pesquisa, discussões e reuniões, a Fundação optou pela alocação através da PIMCO, uma das maiores gestoras de ativos globais, com mais de 1,5 trilhões de dólares sob gestão.

Apesar da alocação ser uma das prioridades definidas na Política de Investimento do Plano CD para o ano, a Faelba realizou sua primeira aplicação apenas em outubro - no montante de R\$ 10.000.000 -, tendo em vista a curva de aprendizado mencionada. A estratégia encerrou o ano com rentabilidade de 1,17% (considerando o período em que o capital da Faelba esteve alocado) e patrimônio de R\$ 10.116.972.

IMÓVEIS

O Perfil Básico concentra as aplicações do plano CD nesse segmento. Apesar do cenário ainda desafiador para o mercado imobiliário em 2017, a carteira da Faelba obteve rentabilidade de 41,45% no ano. Este resultado expressivo resulta da reavaliação dos ativos que compõem o portfólio, conforme mencionado.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento, exclusivo do Perfil Básico, encerrou o ano com rentabilidade de 6,67%, performando, portanto, abaixo do índice de referência do Plano CD. O desempenho foi impactado diretamente pela redução da inflação, haja vista que a maior parte da sua carteira de crédito é corrigida pela variação dos preços (INPC + 4,60% a.a.).

Além disso, em dezembro, foi realizada a baixa das provisões para devedores duvidosos, o que levou a um ajuste na rentabilidade da carteira. Trata-se de um item não-recorrente.

4.1.3 PERFIL DIFERENCIADO

No ano, o perfil teve uma rentabilidade de 26,79%, superando o Ibovespa, mas ficando abaixo do seu benchmark, IBX + 3%, que fechou o ano com 31,33%. O perfil alcançou mais que o triplo do índice de referência do plano CD; o patrimônio cresceu 25,11% em relação a 2016, e ao final de 2017 montava a R\$ 140.979.102, o que representa 11,52% de todo o plano.

Em relação a atribuição da performance, tanto a posição em renda variável local quanto a posição no exterior contribuíram para o resultado, apresentado rentabilidade de 26,95% e 26,16%, respectivamente. Em relação ao ano anterior, enquanto a alocação em renda variável local obteve um rendimento superior ao de 2016 (25,20%), a parcela alocada no exterior mostrou uma vigorosa recuperação em relação a 2016 (-14,58%).

No que se refere à composição, este perfil congrega as posições de maior risco do Plano CD, haja vista que investe exclusivamente no segmento de renda variável. Deste modo, é indicado para aqueles participantes que possuem maior tolerância a risco e maior horizonte de tempo para formar sua reserva, ou seja, participantes que almejem um retorno substancialmente superior no longo prazo, mas que estejam preparados para observar oscilações consideráveis em suas reservas no curto prazo.

Ainda em relação à composição, cabe ressaltar que alocação estratégica da Faelba para este perfil congrega, desde 2014, a exposição a ativos de renda variável no exterior, como mecanismo para mitigar o risco do mercado local. Além disso, a exposição a essa estratégia permite que a Faelba acesse os principais mercados - e negócios - do mundo e diversifique sua fonte de receitas, otimizando ainda mais a relação risco x retorno da carteira.

RENDA VARIÁVEL LOCAL

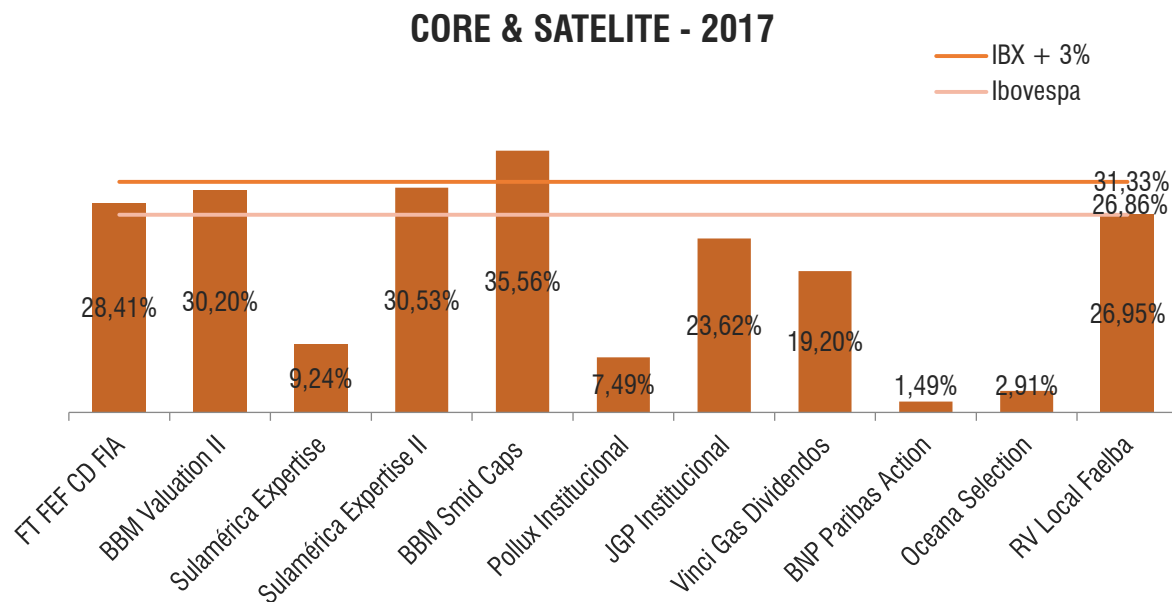
Este segmento contribuiu sobremaneira para o resultado do perfil no ano, haja vista que o seu patrimônio, que fechou o exercício com saldo de R\$ 126.310.347, representa 89,68% do total do perfil. Sua rentabilidade no ano foi de 26,95%, superando o resultado do ano anterior (25,20%), embora abaixo do seu benchmark, IBX + 3% (31,33%).

A carteira do perfil conseguiu capturar o bom desempenho da bolsa brasileira, que seguiu a trajetória ascendente observada em 2016 na esteira da recuperação econômica em curso. O mercado iniciou o ano de 2017 otimista com os indicadores econômicos e principalmente com a agenda de reformas divulgada pelo governo, mormente a reforma da previdência.

Apesar da valorização expressiva observada no acumulado do ano, o mercado apresentou bastante volatilidade, principalmente por conta do cenário de instabilidade política, que teve seu apogeu em maio de 2017, quando foram divulgadas gravações sobre um suposto esquema corrupção envolvendo o presidente Temer.

A despeito da crise política e da não aprovação da reforma da previdência, os bons indicadores econômicos prevaleceram. O PIB voltou a crescer, marcando definitivamente o fim da recessão; a inflação ficou abaixo do piso da meta, alcançando o patamar histórico de 2,95%; a Selic encerrou o ano em 7% após iniciar o ano em 14,25%; o déficit fiscal foi menor que o projetado; o governo além de aprovar a reforma trabalhista, divulgou uma agenda de privatizações, incluindo a Eletrobrás; e os resultados das empresas melhoraram de forma expressiva. Tudo isso, somado ao fluxo estrangeiro - alimentado pela elevada liquidez global - contribuiu para o bom resultado.

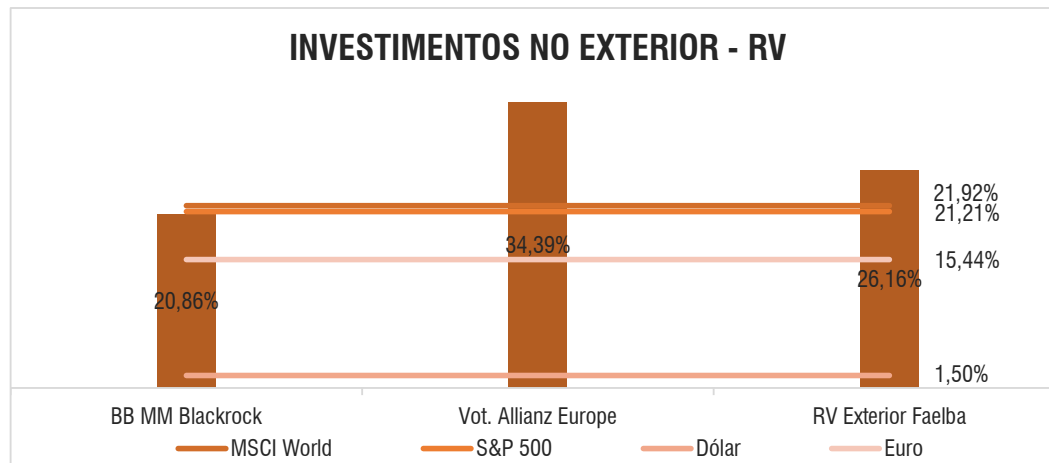
Em relação a estratégia de alocação neste segmento, a Faelba utiliza a estrutura Core & Satellite, que consiste em manter uma parcela relevante do seu capital em um fundo núcleo (Core), com elevada liquidez e alta correlação com o mercado (Ibovespa), o qual servirá como “colchão” para as movimentações contumazes do perfil. A outra parcela do capital será distribuída em vários fundos menores (satelites), os quais, por sua vez, além de apresentar estratégias distintas do fundo núcleo, geralmente possuirão menor correlação com o mercado em geral, com o fundo core e entre si, além de menor liquidez, haja vista seu objetivo de gerar retornos superiores (alpha) no longo prazo.



INVESTIMENTOS NO EXTERIOR - RENDA VARIÁVEL

O segmento apresentou um excelente resultado, com rentabilidade de 26,16%, mais do que compensando o resultado negativo do ano anterior (-14,58%), e contribuindo de maneira efetiva para boa performance do Perfil Diferenciado. O patrimônio do segmento encerrou o ano com R\$ 14.668.754, o que representa 10,40% do total do perfil.

Os fundos que compõem a carteira se aproveitaram muito bem da valorização dos ativos de risco globais, que por seu turno foram impactados positivamente pela aceleração do crescimento mundial e pelo ambiente de elevada liquidez. Outrossim, a reforma fiscal capitaneada por Donald Trump reverberou positivamente na precificação das empresas americanas, enquanto a recuperação em ritmo superior ao esperado no Velho Continente influenciou as companhias da Zona do Euro.



R
A
I

F
A
E
L
B
A

2
0
1
7

A FAELBA INFORMA QUE RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.



GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPESAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

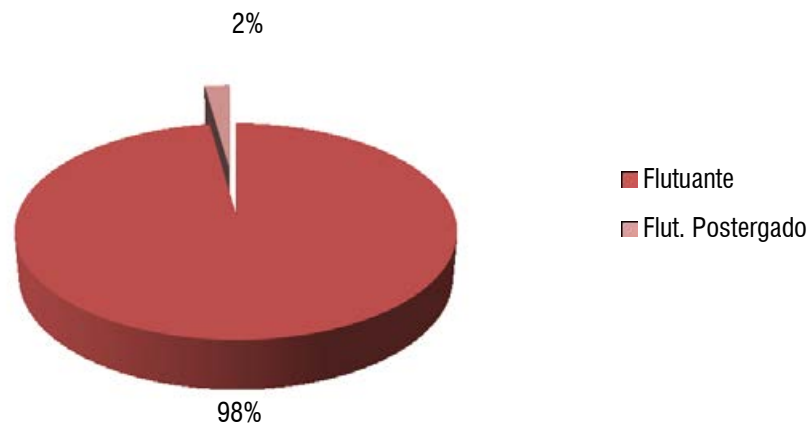
DESPESAS POR PLANOS DE BENEFÍCIOS	PLANOS				TOTAL
	BD		CD		
ADMINISTRATIVAS	R\$	%	R\$	%	R\$
PESSOAL E ENCARGOS	1.396.526	42,35	3.258.561	42,41	4.655.087
CONSELHEIROS	75.897	2,30	177.093	2,30	252.990
DIRIGENTES	97.442	2,96	227.365	2,96	324.807
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	74.748	2,27	174.412	2,27	249.161
VIAGENS E ESTADIAS	65.849	2,00	153.648	2,00	219.498
SERVIÇO DE TERCEIROS	382.979	11,61	893.617	11,63	1.276.596
CONSULTORIA JURIDICA	158.757	4,81	370.432	4,82	529.189
DESPESAS GERAIS	693.756	21,04	1.618.765	21,07	2.312.521
DEPRECIações E AMORTIZAções	41.038	1,24	95.756	1,25	136.794
TRIBUTOS	236.310	7,17	551.390	7,18	787.700
OUTRAS DESPESAS	19.124	0,58	44.622	0,58	63.745
DESPESAS ESPECÍFICAS	55.101	1,67	117.815	1,53	172.916
Sub Total	3.297.527	100	7.683.476	100	10.981.002

COMPARATIVO PATRIMÔNIO X DESPESA	BD	CD
Patrimônio	498.016.814	1.211.622.356
Relação Percentual Despesas/Patrimônio	%	%
Administrativas	0,66	0,63
Gestão Investimentos	0,07	0,36

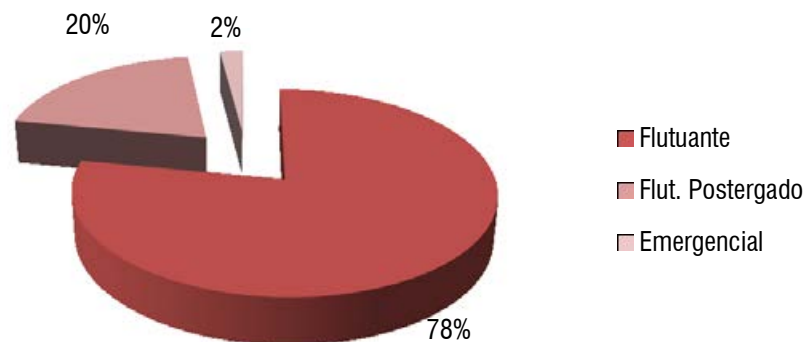
EMPRÉSTIMOS

CONCESSÕES POR MODALIDADE ANUAL - 2017

CONCESSÕES POR MODALIDADE 2017 - BD		
TIPO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Pré-fixado	0	0
Pré-postergado	0	0
Flutuante	45	991.999
Flut. Postergado	1	16.607
Emergencial	0	0
Total	46	1.008.607



CONCESSÕES POR MODALIDADE 2017 - CD		
TIPO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Pré-fixado	0	0
Pré-postergado	0	0
Flutuante	575	13.723.798
Flut. Postergado	147	4.608.475
Emergencial	15	36.086
Total	737	18.368.359



Total	783	19.376.966
--------------	------------	-------------------

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES



JANEIRO



NOVO LEIAUTE JORNAL FAELBA

Com uma proposta visual mais moderna, o Jornal da Faelba apresentou na edição 104 – janeiro de 2017, um novo leiaute. A nova editoração apresenta uma diagramação arrojada, infográficos, textos curtos e cores diferenciadas para as notícias. A proposta visual possibilita uma leitura leve, descomplicada e diversidade na disponibilização dos conteúdos.

JANEIRO



HOMENAGEM AO DIA DO APOSENTADO

Teresa Maria Rodamilans Bastos, Assistida da Faelba, foi indicada pela Faelba para receber diploma alusivo ao dia do Aposentado, comemorado em 24/01. O evento foi promovido pela ABRAPP, em São Paulo, no dia 26 de janeiro.
(Foto: ABRAPP)

FEVEREIRO



INFORME DE RENDIMENTOS

Foram disponibilizados, na área restrita do site da Faelba, em fevereiro de 2017, os Informes de Rendimento destinados aos Assistidos que receberam benefícios da Fundação em 2016. Os referidos documentos, para a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda, foram, também, encaminhados via Correios.

FEVEREIRO



SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Faelba iniciou as etapas de implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI). A Norma ISO 27001, visa garantir confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e processos da Entidade

MARÇO



NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em cerimônia realizada no dia 24/03, na Sede da Faelba, foi empossado o novo presidente do Conselho Deliberativo, Emmanuel Sampaio Lôpo, indicado pelo Patrocinador Coelba. Além de Emmanuel Lôpo, Superintendente Comercial do Patrocinador Coelba, também foi indicada, pela Diretoria da Coelba, a Gerente Corporativa Contábil, Carla Suely Pereira do Nascimento Reis, suplente na gestão anterior. O conselheiro Sérgio Souto Maia M. de Mello, foi reconduzido ao cargo pelo Patrocinador.

MARÇO



APROVAÇÃO DAS DAS E DFS

As Demonstrações Financeiras (DFs) e Demonstrações Atuariais (DAs) da Fundação, relativas ao exercício de 2016, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo na 372ª reunião do Colegiado, no dia 24/03/2017. Os documentos, apresentados pela Diretoria Executiva foram submetidos à apreciação do Conselho, após análise e recomendação pelo Conselho Fiscal da Faelba. Na reunião de aprovação das contas, o Conselho Fiscal foi representado pela Presidente Carmelita Novais e pelo conselheiro Roque da Silveira, representante do Patrocinador Coelba.

ABRIL



EDIÇÃO ESPECIAL PARA O PLANO BD

Para esclarecer os processos que envolvem o pagamento do Benefício Temporário (BT), a Faelba publicou uma edição especial sobre o tema. Nessa publicação, Participantes e Assistidos, vinculado ao Plano de Benefício Definido (BD), receberam o histórico das concessões do BT, com a respectiva quantidade de Benefícios Temporários pagos nos exercícios anteriores e, ainda, a forma prevista para pagamento do superávit de 2016.

ABRIL



RELATÓRIO ANUAL 2016 DISPONIBILIZAÇÃO DA VERSÃO WEB

O Relatório Anual Faelba 2016, com o descritivo das atividades da Faelba no ano de 2016, foi divulgado no dia 18/04/2017, os Participantes e Assistidos puderam conferir a prestação de contas em detalhes, com os números e as atividades realizadas pela gestão, entre outras informações importantes.

MAIO



SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Para a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) na Faelba, a empresa de Consultoria especializada, RS2 Consultoria, realizou auditoria interna preparatório para a Auditoria de recertificação do SGQ.

JUNHO



FAELBA NO AZUL

A Faelba apresentou seu Portal de Educação Financeira e Previdenciária, Faelba no Azul. No novo ambiente virtual da Fundação, estão disponibilizados conteúdos para disseminação da cultura financeira e previdenciária aos seus Participantes e Assistidos.

JUNHO



PERFIS DE INVESTIMENTO - 01 A 15 DE JUNHO DE 2017

De 1º a 15 de junho de 2017, foi possível ao Participante ou Assistido, vinculado ao Plano de Contribuição Definida (CD – Faeflex), realizar a movimentação dos Perfis de Investimento, através da área restrita do site da Fundação ou pelo Aplicativo da Faelba, no menu Perfis de Investimento.

JUNHO



BENEFÍCIO TEMPORÁRIO PROCESSO DE PAGAMENTO

A Faelba protocolou junto à Previc no dia 28/06, o processo de pagamento do Benefício Temporário, para Participantes e Assistidos do Plano BD, com a respectiva reversão de valores ao Patrocinador.

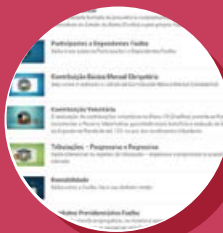
JUNHO



ABONO ANUAL – 1ª PARCELA

Aposentados e Pensionistas vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD) receberam os valores relativos ao pagamento da 1ª parcela do Abono Anual, correspondendo a 50% do valor total desse benefício.

JUNHO



VÍDEOS EDUCATIVOS FAELBA

A Faelba disponibilizou uma série de vídeos, para os Participantes e Assistidos dos Planos BD e CD aprenderem de forma leve e descontraída os assuntos que envolvem o Plano Previdenciário administrado pela Entidade.

JULHO



DEMONSTRATIVO DE CONTRIBUIÇÕES DO IMPOSTO REGRESSIVO

A Faelba disponibilizou, na área restrita do site da Faelba, o demonstrativo “Decomposição da Reserva Por Alíquota de IR”. Participantes e Assistidos, vinculados ao Plano CD, optantes do Regime Regressivo do Imposto de Renda (IR), podem consultar, através do documento, as contribuições acumuladas em cada alíquota de tributação regressiva, que vai de 35% a 10.

AGOSTO



PALESTRA FAELBA

A Faelba realizou no dia 10/08, palestra sobre o Desempenho de Gestão e Resultados do 1º semestre de 2017, para os Assistidos, Vinculados, Autopatrocinados e Desligados do Plano de Contribuição Definida (CD – Faelflex).

AGOSTO >



PERFIS DE INVESTIMENTO - HISTÓRICO DAS OPÇÕES

Participantes e Assistidos do Plano CD podem consultar o histórico de todas as opções feitas nos Perfis de Investimento desde à implantação, em abril de 2008. O demonstrativo foi disponibilizado na área restrita do site da Faelba. A nova funcionalidade permite o acompanhamento de todas as alterações realizadas nos Perfis nos prazos abertos para escolha do Participante, em junho e dezembro, de abril de 2008 a junho de 2017.

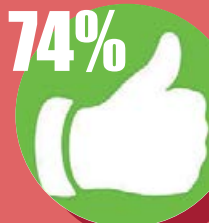
SETEMBRO >



NOVO SITE

O site da Faelba está com um novo layout, mais moderno, dinâmico e totalmente interativo. A nova estrutura conta com um layout clean, proporcionando aos Participantes e Assistidos da Fundação uma experiência interativa e amigável. Com destaque para o Faelba no Azul, plataforma exclusiva de Educação Financeira e Previdenciária.

SETEMBRO >



PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Em atendimento à recomendação da ISO 9001:2015, a Faelba disponibilizou no site da Fundação a Pesquisa de Satisfação para todos os Participantes e Assistidos.

OUTUBRO >



BENEFÍCIO TEMPORÁRIO

PREVIC aprova o processo de pagamento do Benefício Temporário (BT), referente ao exercício de 2016, para os Participantes e Assistidos do Plano BD, com a respectiva reversão de valores ao Patrocinador.

OUTUBRO >



FAELBA 43 ANOS

Em 31 de outubro a Fundação comemorou 43 anos. Ao longo desse tempo o esforço e a dedicação da Equipe Faelba foram no sentido de modernizar a estrutura e os processos da Entidade para oferecer excelência de gestão ao conjunto de Participantes, Assistidos e Patrocinadores.

OUTUBRO >



REAJUSTADOS OS BENEFÍCIOS DO PLANO BD 2

Os Benefícios do Plano BD 2 foram reajustados em 1,63%, de acordo com a variação do INPC no período compreendido entre outubro/2016 e setembro/2017.

OUTUBRO >



APP FAELBA NOVO LAYOUT

O Aplicativo Faelba ganhou novo layout, com interface mais agradável e moderna que facilita a interação do Participante ou Assistido na navegação pelo APP. O novo layout destaca os menus e conteúdos disponibilizados, trazendo também novas funcionalidades.

NOVEMBRO >



ISO 9001:2015 - FAELBA RECOMENDADA PARA CERTIFICAÇÃO

Após auditoria da certificadora ABS Group, a Faelba foi recertificada com base nos requisitos da NORMA ISO 9001:2015. Foram auditados os processos Jurídico, administrativo-Financeiro, de Investimentos, de Pessoas, de Qualidade e Risco e de Comunicação. A Fundação foi recertificada para o período de 2017 – 2020.

NOVEMBRO >



PALESTRAS PERFIS DE INVESTIMENTOS

Entre os meses de novembro e dezembro, a Faelba realizou palestras sobre os Perfis de Investimento nas Unidades do Patrocinador, na capital e no interior, para os Participantes Ativos, e na Sede da Fundação, para os Assistidos, Vinculados e Autopatrocinados do Plano de Contribuição Definida (CD – Faelflex). Foram visitadas as Unidades do Patrocinador em Juazeiro, Itabuna, Vitória da Conquista, Guanambi, Brumado, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Barreiras e no Edifício Sede, em Salvador. A Palestra dos Assistidos foi no auditório do Mezanino no Ed. Suarez Trade.

NOVEMBRO >



ABONO ANUAL – 2ª PARCELA

Pagamento da 2ª parcela do Abono Anual para os Aposentados e Pensionistas do Plano de Benefício Definido (BD).

DEZEMBRO >



PERFIS DE INVESTIMENTO ESCOLHA DE 01 A 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A mudança nos Perfis pôde ser realizada do dia 01 até o dia 15/12, através da área restrita do site e do APP da Fundação.

DEZEMBRO >



CAMPANHA DE INCENTIVO PARA AUMENTAR AS CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS E BÁSICA MENSAL

Fechamento do objetivo Corporativo da Faelba para aumentar o percentual de Contribuição Básica Mensal e os níveis de Contribuições Voluntárias em 2017.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



FAELBA
FUNDAÇÃO COELBA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 DE DEZEMBRO DE 2017



SUMÁRIO

Pg. 68	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Pg. 71	Balancos Patrimoniais Consolidados
Pg. 73	Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Social
Pg. 74	Demonstrações Consolidadas do Plano de Gestão Administrativa
Pg. 75	Demonstrações dos Ativos Líquidos por Plano de Benefícios - Benefício Definido
Pg. 76	Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Benefício Definido
Pg. 77	Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Benefício Definido
Pg. 78	Demonstrações dos Ativos Líquidos por Plano de Benefícios - Contribuição Definida
Pg. 79	Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Contribuição Definida
Pg. 80	Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Contribuição Definida
Pg. 81	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Pg. 119	Extrato da Ata do Conselho Deliberativo
Pg. 121	Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Participantes e Patrocinadores da
FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar
Salvador – BA

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos, e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e individual por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

SALVADOR, 19 DE MARÇO DE 2018

**ERNST & YOUNG
AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC-2SP 015.199/0-6**

**HENRIQUE PIERECK DE SÁ
CONTADOR CRC PE023398/0-3**

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Balço patrimonial consolidado

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Disponível		579	1.714
Realizável		1.800.810	1.706.168
Gestão previdencial	7	3.134	3.571
Gestão administrativa	8	128	55
Investimentos	9	1.797.548	1.702.543
Fundos de investimento		1.730.270	1.641.923
Investimentos imobiliários		29.569	21.954
Empréstimos e financiamentos		37.709	38.666
Permanente		679	520
Imobilizado		664	520
Intagível		15	-
Total do ativo		1.802.068	1.708.403

	Notas	2017	2016
Passivo			
Exigível operacional	10	7.935	2.828
Gestão previdencial		5.532	1.265
Gestão administrativa		2.348	1.527
Investimentos		55	36
Exigível contingencial	11	41.844	40.848
Gestão previdencial		41.844	40.848
Patrimônio social		1.752.289	1.664.727
Patrimônio de cobertura do plano	12	1.668.155	1.583.628
Provisões matemáticas		1.587.177	1.508.187
Benefícios concedidos		1.003.210	956.388
Benefícios a conceder		583.967	551.799
Equilíbrio técnico		80.978	75.441
Superávit técnico acumulado		80.978	75.441
Fundos	13	84.134	81.098
Fundos previdenciais		41.484	40.988
Fundos administrativos		39.998	38.036
Fundos dos investimentos		2.652	2.074
Total do passivo		1.802.068	1.708.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Patrimônio social - início do exercício	1.664.727	1.540.113	8
Adições	228.014	251.960	(10)
Contribuições previdenciais	25.631	24.719	4
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	188.862	214.186	(12)
Receitas administrativas	8.951	7.964	12
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	3.993	4.749	(16)
Constituição de fundos de investimento	577	342	69
Destinações	(140.452)	(127.346)	10
Benefícios	(127.746)	(112.473)	14
Constituição líquida de contingências – Gestão previdencial	(1.725)	(4.794)	(64)
Despesas administrativas	(10.981)	(10.079)	9
Acréscimo no patrimônio social	87.562	124.614	(30)
Provisões matemáticas	78.991	127.638	(38)
Superávit técnico do exercício	5.537	(2.517)	120
Fundos previdenciais	495	(3.482)	(86)
Fundos administrativos	1.962	2.633	(25)
Fundos dos investimentos	577	342	69
Patrimônio social - final do exercício	1.752.289	1.664.727	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração consolidada do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	38.036	35.403	7
Custeio da gestão administrativa	12.944	12.712	2
Receitas	12.944	12.712	2
Custeio administrativo da gestão previdencial	8.707	7.699	13
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	239	264	(9)
Resultado positivo líquido dos investimentos	3.993	4.749	(16)
Outras receitas	5	-	(100)
Despesas administrativas	(10.982)	(10.079)	9
Administração previdencial	(8.478)	(7.446)	14
Pessoal e encargos	(4.075)	(3.349)	22
Treinamentos/congressos e seminários	(215)	(231)	(7)
Viagens e estadias	(165)	(159)	4
Serviços de terceiros	(1.401)	(1.007)	39
Despesas gerais	(1.757)	(1.764)	(0)
Depreciações e amortizações	(120)	(108)	11
Tributos	(689)	(793)	(13)
Outras despesas	(56)	(35)	60
Administração dos investimentos	(2.504)	(2.633)	(5)
Pessoal e encargos	(1.158)	(1.241)	(7)
Treinamentos/congressos e seminários	(34)	(122)	(72)
Viagens e estadias	(54)	(47)	15
Serviços de terceiros	(405)	(400)	1
Despesas gerais	(729)	(688)	6
Depreciações e amortizações	(17)	(15)	13
Tributos	(99)	(114)	(13)
Outras despesas	(8)	(6)	33
Sobra da gestão administrativa	1.962	2.633	(25)
Constituição do fundo administrativo	1.962	2.633	(25)
Fundo administrativo do exercício atual	39.998	38.036	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios – benefício definido

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Ativos	541.416	548.148	(1)
Disponível	16	539	(97)
Recebível	9.359	10.150	(8)
Investimento	532.041	537.459	(1)
Fundos de investimento	518.642	526.544	(2)
Investimentos imobiliários	11.689	8.678	35
Empréstimos e financiamentos	1.710	2.237	(24)
Obrigações	36.302	35.870	1
Operacional	609	674	(10)
Contingencial	35.693	35.196	1
Fundos não previdenciais	7.097	6.967	2
Fundos administrativos	6.693	6.962	(4)
Fundos dos investimentos	404	5	7.930
Ativo líquido	498.017	505.311	(1)
Provisões matemáticas	379.207	395.188	(4)
Superávit técnico	80.978	75.441	7
Fundos previdenciais	37.832	34.682	9
Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
Equilíbrio técnico	80.978	75.441	7
Ajuste de precificação	42.083	44.962	(6)
Equilíbrio técnico ajustado	123.062	120.403	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - benefício definido

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	505.311	486.668	4
Adições	46.867	65.809	(29)
Contribuições	16	33	(51)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	46.851	65.776	(29)
Destinações	(54.161)	(47.166)	15
Benefícios	(50.615)	(41.178)	23
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(1.235)	(4.268)	(71)
Custeio administrativo	(2.311)	(1.720)	34
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	(7.294)	18.643	(139)
Provisões matemáticas	(15.981)	25.793	(162)
Fundos previdenciais	3.151	(4.633)	(168)
Superávit técnico do exercício	5.537	(2.517)	(320)
Ativo líquido - final do exercício	498.017	505.311	(1)
Fundos não previdenciais	7.097	6.967	2
Fundos administrativos	6.695	6.962	(4)
Fundos dos investimentos	402	5	7.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - benefício definido

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Provisões técnicas	534.722	541.186	(1)
Provisões matemáticas	379.207	395.188	(4)
Benefícios concedidos	372.465	387.952	(4)
Benefício definido	372.465	387.952	(4)
Benefício a conceder	6.742	7.236	(7)
Benefício definido	6.742	7.236	(7)
Equilíbrio técnico	80.978	75.441	7
Resultados realizados	80.978	75.441	7
Superávit técnico acumulado	80.978	75.441	7
Reserva de contingência	71.518	75.441	(5)
Reserva para revisão de plano	9.460	-	(100)
Fundos	38.236	34.687	10
Fundos previdenciais	37.832	34.682	9
Fundos dos investimentos - gestão previdencial	404	5	7.970
Exigível operacional	609	674	(10)
Gestão previdencial	598	672	(11)
Investimentos - gestão previdencial	11	2	469
Exigível contingencial	35.693	35.196	1
Gestão previdencial	35.693	35.196	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios - contribuição definida

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Ativos	1.258.304	1.158.729	9
Disponível	483	907	(47)
Recebível	33.774	31.457	7
Investimento	1.224.047	1.126.365	9
Fundo de investimento	1.170.168	1.076.660	9
Investimentos imobiliários	17.880	13.276	35
Empréstimos e financiamentos	35.999	36.429	(1)
Obrigações	11.129	6.279	77
Operacional	4.977	627	694
Contingencial	6.152	5.652	9
Fundos não previdenciais	35.553	33.143	7
Fundos administrativos	33.304	31.074	7
Fundos dos investimentos	2.249	2.069	9
Ativo líquido	1.211.622	1.119.307	8
Provisões matemáticas	1.207.970	1.112.999	9
Fundos previdenciais	3.652	6.308	(42)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - contribuição definida

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	1.119.306	1.016.311	10
Adições	176.333	180.795	(2)
Contribuições	34.322	32.385	6
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	142.011	148.410	(4)
Destinações	(84.017)	(77.800)	8
Benefícios	(77.131)	(71.294)	8
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(490)	(527)	(7)
Custeio administrativo	(6.396)	(5.979)	7
Acréscimo no ativo líquido	92.316	102.995	(10)
Provisões matemáticas	94.972	101.845	(7)
Fundos previdenciais	(2.656)	1.150	(331)
Ativo líquido - final do exercício	1.211.622	1.119.306	8
Fundos não previdenciais	35.553	33.143	7
Fundos administrativos	33.304	31.074	7
Fundos dos investimentos	2.249	2.069	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - contribuição definida

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Provisões técnicas	1.225.001	1.127.655	9
Provisões matemáticas	1.207.970	1.112.999	9
Benefícios concedidos	630.745	568.436	11
Contribuição definida	630.745	568.436	11
Benefício a conceder	577.226	544.563	6
Contribuição definida	577.226	544.563	6
Saldo de contas - parcela Patrocinador(es)	255.045	238.781	7
Saldo de contas - parcela Participantes	322.181	305.782	5
Fundos	5.901	8.377	(30)
Fundos previdenciais	3.652	6.308	(42)
Fundos dos Investimentos - gestão previdencial	2.249	2.069	9
Exigível operacional	4.977	627	694
Gestão previdencial	4.934	593	732
Investimentos - gestão previdencial	43	34	26
Exigível contingencial	6.152	5.652	9
Gestão previdencial	6.152	5.652	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar (“FAELBA” e ou “Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, localizada à Avenida Tancredo Neves, 450, sala 3.302, Caminho das Árvores, Salvador-BA, constituída em 31 de outubro de 1974, sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 1.681, de 6 de julho de 1979, publicada no DOU de 10 de julho de 1979, processo MPAS nº 301.855/79.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN) divulgadas pelo Banco Central do Brasil, tendo como órgão fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001 e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdenciária, patrocinados e/ou instituídos, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social e assegurar aos seus Participantes (Ativos, Autopatrocínados, Assistidos e pensionistas) as prestações estabelecidas em seus Planos de Benefícios previdenciários mediante seus respectivos regulamentos.

De acordo com artigo 34 da Lei Complementar nº 109/2001, a FAELBA é uma entidade multipatrocinada que, atualmente, administra dois planos de benefícios previdenciários, quais sejam:

a) PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

Denominado Plano de Benefícios Previdenciários nº 002 (“Plano BD”), registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC sob o nº 19.740.005-83, é um plano coletivo, de característica solidária, em que os Participantes e o Patrocinador contribuem para o Plano. Nesse modelo de Plano, o valor do benefício a ser concedido ao Participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos salários reais de contribuição (SRC), devidamente corrigidos pelos índices de reajuste salarial do Patrocinador. O Plano BD está fechado à novas adesões desde 30 de setembro de 1998. Além dos Assistidos, o Plano ainda conta com Participantes Ativos remanescentes do processo de migração.

b) PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Para os Participantes do Plano BD, em dezembro de 2010, ocorreu a quitação do Plano BD e conseqüente suspensão definitiva das contribuições, em decorrência do superávit técnico apurado em 31 de dezembro de 2010, conforme parecer atuarial.

Denominado Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 – FAELFLEX (“Plano CD”), é registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) sob o nº 19.980.036-47. Nesse modelo de Plano, no momento da filiação do Participante fica definido o valor que ele e o Patrocinador vão contribuir mensalmente. Essas contribuições do Participante e do Patrocinador, acrescidas das rentabilidades mensais, formam a reserva matemática do participante no Plano de Benefício. Esse montante será o suporte para o pagamento dos benefícios, quando o participante reunir as condições para se aposentar. Esse plano encontra-se aberto a novas adesões.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- **Das contribuições de suas Patrocinadoras**, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, a própria FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar e Tracol Serviços Elétricos Ltda. No Plano de Contribuição Definida (CD), para os exercícios findos em 2017 e 2016, as Patrocinadoras COELBA e FAELBA contribuíram com valor igual à contribuição do participante, mais 0,51% (0,51% em 2016) do salário real de contribuição dos Participantes Ativos para benefícios de risco (morte/invalidez), acrescida de 2,00% (2,00% em 2016) para cobertura das despesas administrativas. Para a Patrocinadora Tracol ficou estabelecido o valor igual à contribuição do participante, mais 0,76% (0,76% em 2016) do salário real de contribuição dos Participantes Ativos para benefícios de risco (morte/invalidez), acrescida de 1,41% (1,41% em 2016) para cobertura das despesas administrativas.
- **Das contribuições de seus Participantes**, em que o Participante do Plano CD no momento da sua filiação dispõe de cinco faixas de contribuição: 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição. Conjuntamente a isso, o Patrocinador passa a contribuir com igual valor, formando a sua reserva matemática.
- **Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos**, que obedecem ao disposto na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações (Resoluções Bacen nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 e nº 3.846, de 25 de março de 2010), estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Entidade aplica a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As Patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos Participantes Ativos, base para o recebimento das contribuições e pela atualização do cadastro de Participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade.

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possuía um total de 5.448 (5.335 em 2016) Participantes, conforme composição a seguir:

Plano	Participantes ativos		Participantes assistidos		Pensionistas		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Benefício definido	5	5	681	697	251	239	937	941
Contribuição definida	3.136 ^(*)	2.990 ^(*)	1.375 ^(**)	1.404 ^(**)	-	-	4.511	4.394
	3.141	2.995	2.056	2.101	251	239	5.448	5.335

(*) Este número contempla Participantes em condições de Vinculados, Autopatrocinados e Desligados, Suspensos, Cancelados e Auxílio Doença.

(**) Este número contempla Participantes em condições de pecúlio invalidez convertido em renda.

PERFIS DE INVESTIMENTO

A FAELBA implantou os perfis de investimento para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 - FAELFLEX, a partir de março de 2008, possibilitando aos Participantes desse plano, optar por uma das três modalidades de perfis:

O **perfil básico**, em que os recursos são aplicados 100% em renda fixa, imóveis, operações com Participantes e estruturados;

O **perfil diferenciado**, em que o participante pode optar pela alocação de 10% a 50% da sua reserva matemática em renda variável; e

O **perfil conservador**, implantado na FAELBA em janeiro de 2014, aplica 100% do patrimônio em Ativos indexados ao CDI e/ou SELIC em um fundo de renda fixa condominial fechado.

Os três perfis de investimento estão com as seguintes composições acumuladas das reservas em 31 de dezembro de 2017:

Perfil	Qtde de Participantes	Volume de recursos (*)	Rentabilidade (%)
Básico	975	775.487	11,67
Diferenciado	2.395	119.326	26,79
Conservador	1.141	314.126	10,14
	4.511	1.208.939	

(*) Não incluído o saldo de (R\$ 968) relativo à valorização das cotas ainda não incorporadas.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 19 de março de 2018.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), sob a fiscalização e supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução MPAS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e alterações; e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de Ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de Ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e suas alterações, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar apresentam as seguintes demonstrações contábeis:

- **Balanco Patrimonial Consolidado** – evidencia, quantitativa e qualitativamente, de forma resumida, a posição patrimonial e financeira da Entidade em uma determinada data;
- **Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Social (DMPS)** – mostra a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no patrimônio social do conjunto de planos de benefícios administrados pela Entidade;
- **Demonstração das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)** – evidencia as modificações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios no exercício;
- **Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)** – demonstra a atividade administrativa da Entidade, evidenciando a alteração do fundo administrativo;
- **Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL)** – evidencia os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios; e
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)** – apresenta as provisões técnicas, que é a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade.

A estruturação contábil e as demonstrações contábeis são apresentadas segregadas em 3 (três) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

- **Gestão Previdencial** - atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do Plano de Benefícios de natureza previdenciária.

- **Gestão Administrativa** - atividade de registro e de controle das receitas e despesas administrativas, do Ativo permanente, bem como dos fatos inerentes à administração dos Planos de Benefícios; sendo os registros das operações administrativas efetuados em um ambiente contábil denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA), cujo patrimônio próprio chamado fundo administrativo, segregado por Plano de Benefícios.
- **Fluxo dos investimentos** - atividade de registro e controle referente à aplicação dos recursos da gestão previdencial e da gestão administrativa. Tais registros são efetuados em contas específicas dentro de cada gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas e por Plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2017, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo (Nota 12), as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações (Nota 11), a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis, consolidadas e por plano, foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos Ativos e passivos financeiros, cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações contábeis.

6. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

a) REGISTRO DAS ADIÇÕES, DEDUÇÕES, RECEITAS, DESPESAS, RENDAS/VARIAÇÕES POSITIVAS E DEDUÇÕES/VARIAÇÕES NEGATIVAS

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimentos são escrituradas pelo regime de competência, exceto receitas provenientes das contribuições de Autopatrocinados, registradas pelo regime de caixa.

b) RESERVAS MATEMÁTICAS E FUNDOS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Para o Plano BD, as reservas matemáticas e os fundos previdenciais são apurados com base em cálculos atuariais procedidos por atuário externo.

Para o Plano CD, as reservas matemáticas são constituídas pelo somatório das reservas individuais dos Participantes. Elas representam os compromissos, acumulados no encerramento do exercício, com benefícios concedidos e a conceder aos Participantes, Assistidos e Pensionistas.

c) PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável; e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As principais provisões e correspondentes práticas contábeis mantidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são as seguintes:

i) PROVISÃO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo “A” da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

ii) PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO E RESPECTIVOS ENCARGOS

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias; 13º salários provisionados, segundo o regime de competência, no Plano de Gestão Administrativa – PGA acrescidos dos encargos sociais.

iii) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. Este montante é atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados Patronadores dos processos.

O registro da provisão é realizado no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial, este deve ser registrado no Ativo realizável.

iv) PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são determinadas com bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário contratado pela Entidade; e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por Plano de Benefício, assegurado aos Participantes ou aos seus Beneficiários, na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

- **Benefícios concedidos** - correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos Participantes e Beneficiários já em gozo de benefício.
- **Benefícios a conceder** - registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos Participantes da geração atual que, ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a nota técnica atuarial.

d) ATIVO REALIZÁVEL - FLUXO DE INVESTIMENTOS

Na gestão dos seus investimentos a Entidade utiliza a estrutura UNIFUNDO, em que os recursos financeiros são aplicados solidariamente entre os Planos de Benefícios e a estrutura MULTIFUNDO, cuja gestão dos recursos financeiros é individualizada por Planos de Benefícios. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento das rendas e deduções são os seguintes:

i) CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS/FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E MULTIMERCADO

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Os títulos pré e pós fixados e com vencimento superior a 365 dias mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em parecer atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (*pro rata*) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações contábeis. Ativos relevantes alocados desses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

ii) AÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE AÇÕES

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência. A avaliação dos Ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o Ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de Ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações contábeis. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

iii) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

As receitas provenientes dos aluguéis são registradas no resultado, na rubrica “Investimentos imobiliários” na gestão de investimentos.

iv) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos Participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade, deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização desses créditos. Entende-se por valor atualizado, o valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais.

Os empréstimos a Participantes são remunerados de acordo com os critérios abaixo:

Modalidade	Prazo	Participantes	Taxa de juros 2017	Taxa de juros 2016
Empréstimo pré-fixado	-	Plano BD e CD	-	-
	-		-	-
	-		-	-
Empréstimo pós-fixado (*)	De 1 a 60 meses De 1 a 72 meses	Plano BD Plano CD	INPC + 4,60% a.a.	INPC + 4,60% a.a.
Empréstimo emergencial	Até 12 meses	Plano BD e CD	INPC + 4,60% a.a.	INPC + 4,60% a.a.

(*) Também chamado de empréstimo flutuante

Em novembro de 2015, por determinação do Conselho Deliberativo da FAELBA, foram suspensas novas concessões de empréstimo na modalidade pré-fixada, bem como concessões de empréstimos a Participantes em situação de resgate parcelado.

TAXA DE RISCO

Taxa cobrada mensalmente sobre as parcelas dos empréstimos concedidos a Participantes do Plano CD e, no ato da concessão a empréstimos, concedidos a Participantes do Plano BD para constituição de fundos com a finalidade específica de liquidar o saldo devedor do participante em caso de falecimento.

Plano CD

Modalidade	Taxa de risco
Pós-fixado	0,03% a.m.
Emergencial	0% a.m.

Faixa etária na concessão	Taxa de risco		Prazo máximo de amortização	
	Sem aval	Com aval	Pós-fixado	Emergencial
Até 60 anos	0,41%	-	60 meses	12 meses
De 61 a 65 anos	0,80%	-	60 meses	12 meses
De 66 a 70 anos	0,85%	Sim	48 meses	12 meses
De 71 a 75 anos	1,06%	Sim	24 meses	12 meses
Acima de 75 anos	1,34%	Sim	12 meses	12 meses

e) IMOBILIZADO

Estão registrados ao custo de aquisição e direito do uso de Software, deduzidos de depreciação e amortização calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil dos bens às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para softwares, computadores e periféricos.

f) OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por Plano de Benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos dos planos. O critério para determinação do saldo do fundo administrativo está descrito na Nota 13 b).

As fontes de custeio da gestão administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

g) TRIBUTOS FEDERAIS - IMPOSTO DE RENDA E PIS/COFINS

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, onde o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos Assistidos e o instituto do resgate dos planos da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

7. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a receber e direitos relativos às contribuições de Patrocinadores e Participantes, observando-se o plano de custeio. As contribuições são reconhecidas pelo regime de competência, exceto os registros relativos às contribuições dos Autopatrocinados vinculados ao Plano de Contribuição Definida que são efetuados com base no regime de caixa.

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está composta conforme discriminado a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros recursos a receber		
Outros recursos a receber	-	3
Depósitos judiciais/recursais		
Depósitos judiciais	3.134	3.568
	3.134	3.571

8.REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

A composição dos realizáveis da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuições para custeio		
Responsabilidade de empregados	78	55
Responsabilidade de terceiros	50	-
	128	55

9. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS E PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos consolidados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentados a seguir:

	2017	2016
Fundos de investimento	1.730.270	1.641.923
Renda fixa	1.041.531	1.047.622
Ações	140.979	112.688
Multimercado	534.707	473.666
Participações	13.053	7.947
Investimentos imobiliários	29.569	21.954
Aluguéis e renda		
Uso próprio	4.636	1.525
Locadas a terceiros	4.841	5.546
Rendas de participações	20.093	14.883
Operações com Participantes	37.709	38.666
	1.797.548	1.702.543

INVESTIMENTOS POR PLANO

A Entidade aplica os recursos dos Planos de Benefícios nos segmentos conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e estão posicionados em 31 de dezembro de 2017 da seguinte forma:

	BD	CD	PGA	Total
Renda fixa				
Fundos de renda fixa	516.987	472.967	41.460	1.031.414
Multimercados	-	500.362	-	500.362
Renda variável				
Fundos de ações	-	126.310	-	126.310
Investimentos estruturados				
Participações	1.655	11.397	-	13.053
Multimercados	-	34.345	-	34.345
Investimentos no exterior				
Fundos de ações	-	14.669	-	14.669
Renda fixa	-	10.117	-	10.117
	518.642	1.170.168	41.460	1.730.270
Imóveis	11.689	17.880	-	29.569
Operações com Participantes	1.710	35.999	-	37.709
	532.041	1.224.047	41.460	1.797.548

DESEMPENHO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS

Segmentos	Rentabilidade dos Ativos consolidada		Rentabilidade dos Ativos Plano BD		Rentabilidade dos Ativos Plano CD		Rentabilidade dos Ativos PGA	
	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Renda fixa	10,26	14,00	8,69	13,41	11,11	14,36	10,56	13,72
Renda variável	26,95	25,20	-	-	26,95	25,20	-	-
Investimentos no exterior	23,20	(14,58)	-	-	23,20	(14,58)	-	-
Investimentos estruturados	11,22	11,97	17,27	1,16	10,99	12,57	-	-
Investimentos imobiliários	41,45	7,58	41,45	7,58	41,45	7,58	-	-
Operações com Participantes	6,64	13,49	6,48	14,43	6,67	13,35	-	-
Média do rendimento	11,69	14,32	9,23	13,29	12,88	14,86	10,56	13,72

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Considerando a necessidade de diversificação das estratégias, em maio de 2014, a FAELBA adquiriu cotas de fundos de investimentos no exterior, voltados à atuação global (companhias domiciliadas ou com atividades em países desenvolvidos e com alto crescimento em dividendos) e a mercados desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Japão, Canadá, dentre outros). Em linha com a estratégia de diversificação dos investimentos, em outubro de 2017, a FAELBA adquiriu cotas de fundos de investimento no exterior voltados para a renda fixa.

O segmento de investimento no exterior no Plano CD apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio de R\$ 24.786 (R\$ 11.627 em 2016).

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores e CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, respectivamente, a composição dos títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

i) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, devendo ser precificados a valor de mercado.

ii) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para as quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

A composição dos títulos está assim demonstrada em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

i) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

a) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Total		PGA		BD	CD	Vencimento
	Quant	Valor de custo	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	
Títulos para negociação	77.110	1.409.962	1.730.270	41.460	518.642	1.170.168	
Fundos de Investimentos	77.110	1.409.962	1.730.270	41.460	518.642	1.170.168	
Renda Fixa	39.137	474.248	645.409	41.460	516.987	86.962	
FEF PGA FUNDO DE INVESTIMENTO RF	21	37.978	41.460	41.460	-	-	
LFT	1	10.704	11.139	11.139	-	-	2020 a 2021
LTN	14	9.802	12.363	12.363	-	-	2019 a 2020
NTN-B	2	5.519	5.855	5.855	-	-	2018 a 2055
NTN-F	4	4.054	4.097	4.097	-	-	2021
DEBENTURES	-	3.450	3.555	3.555	-	-	2022
Op Compromissadas	-	4.448	4.449	4.449	-	-	2022
BRADESCO FI RF FEF ATUARIAL BD	768	367.731	516.987	-	516.987	-	
LFT	-	200	223	-	223	-	
NTN-B	151	339.603	483.028	-	483.028	-	
NTN-C	4	7.896	13.254	-	13.254	-	
Op Compromissadas	15	14.894	14.898	-	14.898	-	
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH							
DI	596	4.017	4.017	-	4.017	-	
DEBENTURES	1	1.121	1.590	-	1.590	-	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(23)	-	(23)	-	

Descrição	TOTAL		PGA		BD	CD
	Quant	Valor de custo	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ações						
FT FEF CD FIA	2.859	61.420	71.818	-	-	71.818
Ações	2.809	58.056	68.215	-	-	68.215
Cotas de Fundo	50	3.363	3.363	-	-	3.363
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	239	-	-	239
Cotas de Fundos Abertos	70.885	155.047	190.469	-	-	190.469
BB MM BLACKROCK IE	4.252	6.158	8.542	-	-	8.542
BNP PARIBAS ACT FFIA	27	7.000	7.104	-	-	7.104
ICATU VANGUARDA IPC	3.684	9.912	10.806	-	-	10.806
GARDE DARTA FIC FIM	5.701	9.300	10.744	-	-	10.744
CAIXA IMA-B5 RF LP	27.275	48.627	66.040	-	-	66.040
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	12.736	12.722	-	-	12.722
PLURALHEDGE30 FICFIM	4.761	6.000	8.363	-	-	8.363
JGP INSTITUCIONA FIA	30	4.854	7.755	-	-	7.755
POLLUX AÇÕES INST I	4.071	6.427	8.777	-	-	8.777
PIMCO INCOME FIM IE	7.388	10.000	10.117	-	-	10.117
OCEANA SELECT FICFIA	3.720	7.000	7.203	-	-	7.203
KONDOR LX FIQ FIM	1.503	2.000	3.268	-	-	3.268
SAFRA GALILEO INSTIT	29	8.000	11.970	-	-	11.970
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	207	-	-	207
SULAM EXPERTISE II	526	5.000	3.225	-	-	3.225
VOTO ALLIA EURO EQ G	3.364	4.842	6.127	-	-	6.127
GAS DIVIDENDOS FIA	1.895	5.000	7.500	-	-	7.500

R
A
I
F
A
E
L
B
A
2
0
1
7

Em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Total			PGA	BD	CD	Vencimento
	Quant	Valor de custo	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	
Multimercados	14.511	475.203	534.707	-	-	534.707	
<u>FEF CD SANTANDER FI MULTIMERCADO</u>	<u>45</u>	<u>144.335</u>	<u>171.595</u>	-	-	<u>171.595</u>	
LF	-	2.133	2.646	-	-	2.646	2018
DEBENTURES	2	4.255	4.325	-	-	4.325	2019 a 2022
LFT	9	67.011	87.984	-	-	87.984	2018 a 2020
LTN	1	636	936	-	-	936	2019
NTN-B	19	57.775	62.386	-	-	62.386	2018 a 2055
NTN-F	4	3.212	3.976	-	-	3.976	2021 a 2025
Op Compromissadas	10	9.292	9.294	-	-	9.294	2018
Opções Futuros	-	21	-	-	-	-	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	-	-	-	47	
<u>ITAU FIM FEF CD</u>	<u>17</u>	<u>90.906</u>	<u>96.001</u>	-	-	<u>96.001</u>	
LF	-	19.500	22.333	-	-	22.333	2018 a 2019
LFT	3	28.865	30.504	-	-	30.504	2018 a 2021
NTN-B	13	42.521	43.143	-	-	43.143	2018 a 2055
Opções Futuros	-	20	34	-	-	34	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(12)	-	-	(12)	2018
<u>BRADESCO FI MULTIMERCADO FEF CD</u>	<u>730</u>	<u>145.525</u>	<u>155.475</u>	-	-	<u>155.475</u>	
Cotas de Fundo - BRAM FI REF CASH DI	632	-	4.256	-	-	4.256	
DEBENTURES	1	4.249	4.761	-	-	4.761	2018 a 2020
LFT	7	55.357	60.493	-	-	60.493	2018 a 2023
NTN-B	-	185	216	-	-	216	2023
Operações Compromissadas	89	85.729	85.752	-	-	85.752	2018
Opções Futuros	2	6	-	-	-	-	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(2)	-	-	(2)	

R
A
I

F
A
E
L
B
A

2
0
1
7

Em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Total		PGA	BD	CD	Vencimento
	Quant	Valor de custo	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	
SULAMERICA FAELBA INEMA FI MULT.	1.726	69.136	77.290	-	-	77.290
Cotas de Fundo de Investimentos - Total	1.706	25.934	25.934	-	-	25.934
CHE 9 FIDC SEN	1	713	713	-	-	713
FIDC RCI BRASIL I	1	317	317	-	-	317
QUEST YIELD FIC FIRF	191	334	334	-	-	334
ITAU INST ALOCAÇÃO D	207	2.993	2.993	-	-	2.993
MODAL MULT INST FIF	514	2.503	2.503	-	-	2.503
SILVERADO 6 SER MAX	1	14	14	-	-	14
SULAM RF ATIVO FI LP	130	5.067	5.067	-	-	5.067
SULAM INFLATIE FIRFL	123	4.097	4.097	-	-	4.097
SUL AMERICA JUOREAL	289	4.556	4.556	-	-	4.556
SULA EVOLUTION FIM	250	5.338	5.338	-	-	5.338
DEBENTURES	4	9.358	9.163	-	-	9.163
LF	0	1.500	1.528	-	-	1.528
LFSN	0	10.800	16.400	-	-	16.400
LFT	1	6.591	9.348	-	-	9.348
Opções de Futuros						(31)
Op Compromissadas	16	14.954	14.958	-	-	14.958
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(8)	-	-	(8)
Referenciado	57	337.884	396.122	-	-	396.122
FEF VOTORANTIM FI RENDA FIXA CDI	57	337.884	396.122	-	-	396.122
LFT	41	322.577	380.822	-	-	380.822
Op Compromissadas	16	15.306	15.310	-	-	15.310
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(11)	-	-	(11)
Participações	1	-	13.053	-	1.655	11.397
Cotas de Fundos - Rio Bravo Energia I FIP	0	-	5.202	-	1.655	3.547
Cotas de Fundos - Lacan Florestal FIP	0	-	2.799	-	-	2.799
Cotas de Fundos - Lacan Florestal II FIP	1	-	5.051	-	-	5.051

R
A
I
F
A
E
L
B
A
2
0
1
7

Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Total		PGA	BD	CD	Vencimento
	Quantidade	Valor de custo	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	
Titulos para negociação	67.631	1.001.743	1.164.560	38.719	47.667	1.078.173
Titulos publicos	-	-	1.670	-	60	1.610
Titulos públicos federais	-	-	1.670	-	60	1.610
Tesouraria - contas a pagar/receber	-	-	1.670	-	60	1.610
Fundos de investimentos	67.631	1.001.743	1.162.890	38.719	47.607	1.076.564
Renda fixa	715	39.105	84.915	38.719	46.196	-
FEF PGA fundo de investimento RF	24	33.134	38.719	38.719	-	-
LFT	2	10.760	13.917	13.917	-	-
LTN	22	15.667	18.087	18.087	-	-
Op compromissadas LTN-O	-	6.707	6.710	6.710	-	-
Tesouraria - contas a pagar/receber	-	-	5	5	-	-
HSBC FI RF FEF atuarial BD	691	5.971	46.196	-	46.196	-
Cotas de fundo HSBC FI REF CA SH DI	690	-	42.287	-	42.287	-
Debentures	1	5196	3.154	-	3.154	-
Op compromissadas LTN-O	-	775	775	-	775	-
Tesouraria - contas a pagar/receber	-	-	(20)	-	(20)	-
Ações	65.469	174.085	202.038	-	-	202.038
FT FEF CD FIA	2.895	55.663	55.386	-	-	55.386
Ações	2.767	47.773	52.089	-	-	52.089
Cotas de fundo	128	7.860	7.860	-	-	7.860
Tesouraria - contas a pagar/receber	-	-4.563	-	-	-	(4.563)
Cotas de fundos abertos	62.574	118.450	146.651	-	-	146.651
CAIXA IMA-B5 RRF LP	28.465	48.627	61.328	-	-	61.328
GAS DIVIDENDO FIA	1.895	5.000	6.292	-	-	6.292
BBM VALUA TIONI FIA	7.541	6.500	11.465	-	-	11.465
BNY ARX EXTRA RF	207	1.000	1.583	-	-	1.583
PLURAL EHGE30 FICFIM	4.761	6.000	7.528	-	-	7.528
POLLUX AÇÕES INST I	4.071	6.427	8.116	-	-	8.116
JGP EXPLORER INS FIA	33	4.854	6.273	-	-	6.273
GARDE DARTA FIC FIM	3.274	5.000	5.383	-	-	5.383
BB MM BLA CKROCK IE	4.252	6.158	7.068	-	-	7.068
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	6.850	9.385	-	-	9.385
VOTO ALLIA EURO EQ G	3.364	4.842	4.559	-	-	4.559
KODORLX FIQ FIM	1.503	2.000	3.084	-	-	3.084
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	1.625	-	-	1.625
SULAM EXPERTISE II	526	5.000	2.470	-	-	2.470
SAFRA GALILEO FI MM	23	8.000	10.444	-	-	10.444

R
A
I

F
A
E
L
B
A

2
0
1
7

Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Total		PGA	BD	CD	Vencimento
	Quantidade	Valor de custo	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	
Multimercados	1.409	391.812	445.645	-	445.645	
FEF CD SANTANDER FI MULTIME R CADO	32	134.017	153.627	-	153.627	
LF	0	3.033	3.563	-	3.563	2017 a 2018
LFT	11	75.755	91.148	-	91.148	2017 a 2020
LTN	1	636	812	-	812	2019
NTN-B	17	48.031	51.044	-	51.044	2017 a 2050
NTN-F	4	3.212	3.717	-	3.717	2021 a 2025
Dentures	-	2.242	2.521	-	2.521	2019 a 2020
Op compromissadas LTN-O	-	1.108	1.108	-	1.108	2018
Tesouraria - contas a pagar/receber	-	-	(16)	-	(16)	
ITAU FIM FEF CD	28	147.370	153.658	-	153.658	
LF	0	24.000	26.466	-	26.466	2017 a 2019
LFT	8	64.830	67.823	-	67.823	2017 a 2019
NTN-B	20	58.540	59.383	-	59.383	2017 a 2055
Tesouraria - contas a pagar/receber	-	-	(14)	-	(14)	
HSBC FIM FEF CD	11	63.424	70.551	-	70.551	
Cotas de fundo – HSBC FI REF CASH DI	0	-	1.631	-	1.631	
Dentures	1	4.248	5.208	-	5.208	2017 a 2018
LF	0	3.600	4.668	-	4.668	2017
LFS	0	3.600	3.814	-	3.814	2017
LFT	4	31.783	35.388	-	35.388	2018 a 2022
NTN- B	6	17.333	18.518	-	18.518	2017 a 2050
Op compromissadas LTN-O	-	2.860	2.861	-	2.861	2019
Tesouraria - contas a pagar/receber	-	-	(1.538)	-	(1.538)	
SULA MERICA FAEL BAINEMA FI MULT	1.337	47.002	67.809	-	67.809	
Cotas de fundo de investimentos - total	1.336	-	14.685	-	14.685	
CHE 9 FIDC SEN	1	-	726	-	726	
FIDC RCI BRASIL I	1	-	554	-	554	
QUEST YIELD FIC FIRF	191	-	299	-	299	
ITAU INST ALOCAÇÃO D	207	-	2.652	-	2.652	
MODAL MULT NST FIF	514	-	2.275	-	2.275	
SILVERADO 6 SER MAX	1	-	35	-	35	
SULAM RF ATIVO FILP	40	-	1.409	-	1.409	
SULAM INFLA TIE FRFL	93	-	2.705	-	2.705	
Sul americana hd FIRF	289	-	4.030	-	4.030	
Dentures	1	6.136	6.379	-	6.379	2018 a 2022
LF	0	3.300	3.899	-	3.899	2017
LFSN	0	10.800	14.138	-	14.138	2017
LFT	1	6.771	8.742	-	8.742	2021 a 2022
Op compromissadas LTN-O	-	19.995	20.005	-	20.005	2020 a 2021
Tesouraria - contas a pagar/receber	-	-	(39)	-	(39)	
2018	38	396.743	422.504	-	422.504	
FEF VOTORANTIM FI RENDA FIXA CD I	38	396.743	422.504	-	422.504	
LF	38	291.582	317.309	-	317.309	2017 a 2022
Op compromissadas LTN-O	-	105.161	105.215	-	105.215	2022
Tesouraria - contas a pagar/receber	-	-	(20)	-	(20)	
Participações	0	-	7.778	-	1.411	6.337
Cotas de fundos – Rio bravo energia I FIP	0	-	4.436	-	1.411	3.024
Cotas de fundos – lacam florestal II FIP	0	-	940	-	-	940
Cotas de fundos – lacam florestal I FIP	0	-	2.412	-	-	2.412

R
A
I
F
A
E
L
B
A
2
0
1
7

Os títulos para negociação estão valorizados a preço de mercado na data de encerramento do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- Ações de companhias abertas, cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia;
- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia;
- Os certificados de depósito bancário (CDB) são valorizados com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia; e
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data de publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	BD			Vencimento
	Quantidade	Valor de custo	Valor contábil	
Títulos mantidos até o vencimento	155	347.499	496.282	
Fundos de Investimentos	155	347.499	496.282	
Renda Fixa	155	347.499	496.282	
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	155	347.499	496.282	
NTN-B	3	5.171	8.608	2020
NTN-B	27	46.193	79.851	2024
NTN-B	6	14.602	18.835	2030
NTN-B	31	52.742	88.231	2035
NTN-B	25	57.710	81.329	2040
NTN-B	50	135.312	174.202	2050
NTN-B	10	27.873	31.972	2055
NTN-C	4	7.896	13.254	2021

Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	BD			Vencimento
	Quantidade	Valor de custo	Valor contábil	
Títulos mantidos até o vencimento	160	369.711	516.934	
Fundos de investimentos	160	369.711	516.934	
Renda fixa	160	369.711	516.934	
HSBC FIR RF A TUA RIAL BD	160	369.711	516.934	
LFT	2	13.563	20.067	2017
LFT	1	3.429	5.073	2018
LFT	1	1.501	2.220	2019
LFT	1	200	202	2022
NTN-B	3	5.171	8.354	2020
NTN-B	27	46.193	77.334	2024
NTN-B	6	14.602	18.306	2030
NTN-B	31	52.742	85.744	2035
NTN-B	25	57.710	79.270	2040
NTN-B	50	135.312	169.817	2050
NTN-B	10	27.873	31.130	2055
NTN-B	2	3.519	6.155	2017
NTN-B	4	7.896	13.262	2021

Os títulos da Entidade mantidos até o vencimento têm prazos entre 2017 a 2055.

De acordo com o estudo de fluxo das obrigações *ALM - Asset Liability Management* do Plano BD, realizado pela empresa de consultoria Aditus, a Administração da Entidade não precisou realizar nenhuma operação no exercício de 2017, visto que o portfólio atual do Plano possui nível de retorno adequado ao passivo atuarial estimado e a carteira de NTN-Bs sustenta liquidez suficiente para prover o pagamento total das obrigações atuariais.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A FAELBA adotou, desde o exercício de 2014, a precificação de Ativos em consonância com as Resoluções MPS/PREVIC/DC nºs 15 e 16, ambas de 12 de novembro de 2014.

O valor do ajuste de precificação apresentado pelos títulos públicos federais mantidos até vencimento para o exercício de 2017 foi de R\$ 42.083 (R\$ 44.962 em 2016), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Natureza	Vencimento	Quantidade	PU Taxa de aquisição	PU recalculado	Valor contábil	Valor ajustado	Ajuste
NTN-B	15/08/2020	1.500	3.074	3.221	4.611	4.831	220
NTN-B	15/08/2020	1.300	3.074	3.221	3.996	4.187	191
NTN-B	15/08/2024	6.100	2.959	3.379	18.050	20.612	2.563
NTN-B	15/08/2024	10.000	2.964	3.379	29.635	33.791	4.155
NTN-B	15/08/2024	1.300	2.788	3.379	3.624	4.393	769
NTN-B	15/08/2024	4.050	2.959	3.379	11.983	13.685	1.702
NTN-B	15/08/2014	5.441	3.043	3.379	16.558	18.385	1.827
NTN-B	15/08/2030	2.008	3.137	3.570	6.299	7.169	870
NTN-B	15/08/2030	1.915	2.829	3.570	5.417	6.837	1.420
NTN-B	15/08/2030	2.350	3.029	3.570	7.119	8.390	1.271
NTN-B	15/05/2035	6.000	2.844	3.645	17.064	21.873	4.808
NTN-B	15/05/2035	450	2.844	3.645	1.280	1.640	361
NTN-B	15/05/2035	9.500	2.833	3.645	26.911	34.632	7.721
NTN-B	15/05/2035	1.600	2.833	3.645	4.532	5.833	1.300
NTN-B	15/05/2035	7.998	2.969	3.645	23.744	29.156	5.412
NTN-B	15/05/2035	3.000	2.924	3.645	8.771	10.936	2.165
NTN-B	15/05/2035	2.000	2.964	3.645	5.929	7.291	1.362
NTN-B	15/08/2040	1.500	3.154	3.796	4.731	5.694	964
NTN-B	15/08/2040	3.371	3.173	3.796	10.696	12.797	2.102
NTN-C	01/04/2021	1.722	3.561	3.803	6.132	6.548	416
NTN-C	01/04/2021	93	3.561	3.803	331	354	22
NTN-C	01/04/2021	1.907	3.561	3.803	6.791	7.252	461
					224.204	266.288	42.083

c) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os Ativos imobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período. As reavaliações são realizadas a cada 3 anos, suportadas por laudos técnicos emitidos por empresa especializada, como determina o normativo em vigor.

REAVLIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em atendimento ao estabelecido na Instrução MPS/SPC N° 34, de 24 de setembro de 2009 Anexo A, em julho de 2017 a Entidade contratou a empresa Equity Engenharia e Avaliações Ltda., inscrita sob nº CNPJ 00.810.715/0001-00, com sede em São Paulo, para avaliação dos imóveis de propriedade da Entidade.

O critério utilizado para confecção do laudo está de acordo com os critérios básicos previstos na NBR 14653-2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Apresentamos a seguir a posição dos investimentos imobiliários em 31 de dezembro de 2017:

Investimentos Imobiliários	Custo atualizado	Data do registro da reavaliação	Efeito no resultado
Imóveis de Uso Próprio	3.707		739
Sala Suarez 3301	1.864	30/11/2017	380
Sala Suarez 3302	1.843	30/11/2017	359
Imóveis Locados a Terceiros	4.818		901
Sala Suarez 3201	1.843	30/11/2017	359
Sala Suarez 3202	1.864	30/11/2017	380
Emasa (Itabuna)	1.111	31/08/2017	162
Participação em Shopping	20.228		5.556
Shopping Center Lapa	20.228	31/08/2017	5.556

R
A
I

F
A
E
L
B
A

2
0
1
7

d) EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

O resumo das operações com participantes está a seguir demonstrado:

	Plano BD		Plano CD		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Empréstimos a Participantes	1.710	2.237	35.999	36.429	37.709	38.666
	1.710	2.237	35.999	36.429	37.709	38.666

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, relativa à inadimplência de operações de empréstimos e financiamentos, é constituída conforme estabelecido na legislação vigente.

Após a Entidade ter adotado todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, o Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2017, a baixa das provisões de empréstimos financeiros e habitacionais remanescentes. Em 31 de dezembro de 2017, possuía um saldo de R\$ 164 mil (R\$ 5.414 em 2016).

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são assim demonstrados:

GESTÃO PREVIDENCIAL

	2017	2016
Benefícios a pagar	9	8
Retenções a recolher	796	743
Recursos antecipados	4.284	40
Outras exigibilidades	443	474
	5.532	1.265

GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2017	2016
Contas a pagar		
Fornecedores	1.376	599
Pessoal	692	542
Credores diversos	104	218
Retenções a recolher	86	88
Tributos a recolher	90	80
	2.348	1.527

INVESTIMENTOS

	2017	2016
Investimentos imobiliários	28	6
Empréstimos e financiamentos	14	19
Relacionados com o disponível	13	11
	55	36

11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FAELBA registra os valores de depósitos judiciais efetuados, bem como as expectativas de perda das ações classificadas como possíveis e prováveis das demandas judiciais relativas aos seus Planos de Benefícios Previdenciários, de acordo com os relatórios mensais das consultorias jurídicas relativos às ações cíveis, trabalhistas e fiscais ajuizadas.

A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 41.844 (R\$ 40.848 em 2016) segregadas por Planos Previdenciais, conforme a seguir:

	2017	2016
<i>Plano BD</i>		
Possível	18.199	17.295
Provável	17.493	17.901
	35.692	35.196
<i>Plano CD</i>		
Possível	2.705	2.497
Provável	3.447	3.155
	6.152	5.652
	41.844	40.848

a) CONTINGÊNCIAS ATIVAS

REPARAÇÃO DE DANOS

A FAELBA e o seu patrocinador COELBA, por entender que foram prejudicadas em decorrência de atos do diretor administrativo financeiro da Fundação, moveu ação ordinária de reparação de danos contra o ex-diretor administrativo-financeiro da Fundação, cuja gestão ocorreu no período de maio de 1991 a agosto de 1992.

A Fundação continua aguardando o despacho do Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública na petição juntada pela Faelba, em setembro de 2014, requerendo esse despacho, pois, na fase de Recurso de Apelação, o Réu veio a falecer e, em decorrência desse fato, o Juízo tem encontrado dificuldade de proceder a citação dos sucessores para integrar o processo.

OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND)

Em 1986, a OFND foi criada por meio do Decreto-Lei nº 2.288, com o objetivo de financiar o desenvolvimento nacional e apoiar a iniciativa privada na ampliação das atividades econômicas do país.

Em 1991, a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar na qualidade de substituta processual das suas filiadas, ajuizou ação com o objetivo de assegurar às associadas o refazimento dos cálculos com a atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional do Desenvolvimento e dos respectivos rendimentos, adotando-se o IPC no lugar do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento dos valores resultantes desse novo cálculo devidamente corrigidos.

Em 2011, a ABRAPP deu início ao processo de Execução e a Entidade recebeu em 14/10/2011 o Ofício nº 4650/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, fazendo referência à ação judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) movida pela ABRAPP a favor de suas associadas contra a União Federal. O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em face da decisão judicial favorável às EFPC e considerando a manifestação da Procuradoria Federal/PREVIC, quanto ao registro contábil da ação em curso, informa que na atual fase do processo não é possível apurar os valores devidos ainda pendentes de liquidação e não há embasamento jurídico para o registro contábil.

A PREVIC determinou às EFPC que, enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento, pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado o registro contábil, de acordo com o princípio da prudência, determinado pela Resolução CFC de nº 750/1993, alterada pela Resolução CFC de nº 1.282/2010 e a Resolução CFC de nº 1.180, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A FAELBA não tem contabilizado nenhum Ativo ou contingências referentes aos expurgos inflacionários incidentes sobre OFND, decisão tomada por não encontrar documentos comprobatórios suficientes para os cálculos.

OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND)

Em setembro de 2014, foi julgado o Agravo de Instrumento interposto pela ABRAPP, em face da decisão que determinou a execução do acórdão em que foi reconhecido que as OFNDs adquiridas pelas filiadas da associação deve ser proposta e processada ação individualmente, por cada entidade. O acórdão trouxe a necessidade de uma liquidação de sentença, com vistas a apurar, de forma individualizada, o crédito de cada entidade filiada, uma vez que cada instituição adquiriu uma quantidade específica de OFNDs.

No final do exercício de 2015, foram distribuídos os processos de liquidação de sentença, tendo a FAELBA ficado enquadrada no Grupo G-9 de acordo com o deliberado em Assembleia da ABRAPP.

Em 2016, Protocolada petição requerendo a juntada da petição de desistência e respectiva homologação por parte do TRF/2ª Região, quanto ao Recurso Especial interposto no Agravo de Instrumento, bem como os documentos comprobatórios da autorização específica da entidade FAELBA para a representação da ABRAPP como substituta processual. Publicado o despacho para comprovação do trânsito em julgado da sentença da ação ordinária e certidão de objeto e pé da ação ordinária nº 910123902-3

Em 2017, a União foi citada e apresentou contestação. Houve a Réplica da Autora e intimada a União para se manifestar sobre a Réplica. A União apresentou petição reiterando o pedido de expedição de ofício à CETIP.

b) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

MANDADO DE SEGURANÇA DO PIS E DA COFINS

Em agosto de 2007, a FAELBA, por entender indevida a cobrança do PIS e COFINS em função da sua atividade, impetrou, através do escritório Linhares & Advogados Associados, o mandado de segurança para suspender a exigibilidade do PIS e da COFINS. O processo foi sentenciado e acolhido parcialmente o pleito formulado, tendo a FAELBA interposto recurso de apelação para reformar a decisão, que está pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª região.

A FAELBA, enquanto aguarda julgamento do recurso, continua efetuando o recolhimento dos tributos de acordo com a legislação vigente.

c) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

AUTO DE INFRAÇÃO - CSLL

Em dezembro de 2005, foi lavrado Auto de Infração referente ao lançamento de constituição de crédito tributário de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) relativa aos períodos de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001 no valor atualizado de R\$73.152.

Em janeiro de 2006, a Fundação impugnou o Auto através do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados e não efetuou provisão contábil deste montante por entender, conforme parecer jurídico, ser remota a probabilidade de perda para os exercícios de 1997 e 1998, por conta da decadência, reconhecida pela DRJ - de Salvador - Receita Federal do Brasil (RFB) e possível relativo ao mérito para os exercícios de 1999 a 2001 a probabilidade de execução da referida exigência fiscal. Em janeiro de 2014, os autos foram remetidos para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, onde o Recurso Voluntário interposto em nome da Fundação foi provido para cancelar integralmente a autuação. Houve interposição de Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional e, no momento, o processo encontra-se na Câmara Superior de Recursos Fiscais, aguardando julgamento.

12. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Compreende os recursos líquidos dos planos com finalidade exclusiva de cobrir os respectivos benefícios previdenciários. É o resultado da soma das provisões matemáticas e do equilíbrio técnico.

Para atendimento da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e da Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, e suas alterações, que estabelecem parâmetros técnico-atuariais para estruturação de Plano de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a análise das hipóteses atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios da FAELBA no encerramento do exercício de 2017 foi apresentada através de relatório atuarial e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade. Os cálculos atuariais são efetuados pela Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda., atuários independentes contratados pela Entidade.

O parecer do atuário independente, relativo ao exercício de 2017, foi datado de 07 de março de 2018 (10 de março de 2017 para o exercício de 2016).

A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2017 e 2016:

Hipóteses	Exercício 2017	
	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	4,38%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	1% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	qx SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%	qx da CSO-58* (masculino)
Tábua de mortalidade de inválidos	qxi = qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (MÉDIA)	ix da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva para os Assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos Assistidos para os Participantes não Assistidos.	-

(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para a Patrocinadora Tracol.

Exercício 2016

Hipóteses	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	4,33%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	2,43% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	qx SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%	qx da CSO-58* (masculino)
Tábua de mortalidade de inválidos	qxi = qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (MÉDIA)	ix da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva para os Assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos Assistidos para os Participantes não Assistidos.	-

(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para o Patrocinador Tracol.

Em 31 de dezembro de 2017, as provisões matemáticas dos planos e o superávit técnico acumulado estão assim demonstrados:

CONSOLIDADO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Benefícios concedidos	1.003.210	956.388
Contribuição definida	630.745	568.436
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	372.465	387.952
Benefícios a conceder	583.967	551.799
Contribuição definida	578.194	549.805
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - programado	6.181	6.811
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - não programado	560	425
Resíduo valoração mensal de cotas	(969)	(5.242)
Equilíbrio técnico	80.978	75.441
Patrimônio de cobertura do plano	1.668.155	1.583.628

PLANO BD

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Benefícios concedidos	372.465	387.952
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	372.465	387.952
Benefícios a conceder	6.742	7.236
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - programado	6.181	6.811
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - não programado	560	425
Equilíbrio técnico	80.978	75.441
Patrimônio de cobertura do plano	460.185	470.630

PLANO CD

	2017	2016
Benefícios concedidos	630.745	568.436
Contribuição definida	630.745	568.436
Benefícios a conceder	577.225	544.563
Contribuição definida	578.194	549.805
Resíduo valoração mensal de cotas	(969)	(5.242)
Patrimônio de cobertura do plano	1.207.970	1.112.999

As provisões matemáticas do Plano de Benefício Definido (BD) foram constituídas com base nos cálculos atuariais. As provisões matemáticas do Plano de Contribuição Definida (CD) foram constituídas com base no somatório dos créditos acumulados e capitalizados nas contas individuais dos Participantes. O equilíbrio técnico é apurado pela diferença entre o patrimônio de cobertura do plano e as provisões matemáticas.

A situação financeiro-actuarial do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 002 da FAELBA, patrocinado pela COELBA, avaliado pelo regime/método de financiamento actuarial agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação actuarial do exercício anterior), em razão do fechamento do Plano, em 30/09/1998, a novas adesões de Participantes, face à entrada em vigência do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação actuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 4,38% ao ano, em função da necessidade de adequação ao limite para adoção de Taxa Real de Juros, estabelecido pela legislação vigente e do Crescimento Real de Salário de 1% ao ano, adotado em função das perspectivas pela Patrocinadora em relação a sua política de evolução salarial, apresentou em 31 de dezembro de 2017, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 106.355, equivalente a 28,05% das Provisões Matemáticas do Plano, então existentes, de R\$ 379.207 cuja abertura estabeleceu o montante de R\$ 71.518, contabilizado como Reserva de Contingência (equivalente a 18,86% das Provisões Matemáticas) e o valor de R\$ 34.837, registrado como Reserva Especial para Revisão de Plano antes da destinação voluntária parcial realizada.

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e suas alterações, foram suspensas, em definitivo, todas as contribuições do Plano BD, parte Participante e a respectiva contrapartida Patronal, conforme estabelecido na avaliação actuarial. Os valores das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, integralmente cobertas pelo patrimônio de cobertura do plano, correspondem ao valor presente dos benefícios do plano referido no inciso I do artigo 25 da citada Resolução.

A rentabilidade nominal líquida do Plano de Benefício Definido (BD) obtida ao longo de 2017 foi de 9,85% (13,99% em 2016), contra uma expectativa actuarial de rentabilidade nominal líquida de 6,72% (11,79% em 2016), o que, em termos reais, representou obter 7,75% (6,16% em 2016), contra uma expectativa actuarial de 4,33% ao ano, aplicado o INPC do IBGE, com 1 (um) mês de defasagem, como indexador do plano.

A rentabilidade líquida do Plano de Contribuição Definida (CD) expressada pela variação positiva da cota que ao longo de 2017 foi de 11,67% (14,24% em 2016) para o perfil Básico, 26,79% (24,33% em 2016) para o perfil Diferenciado e 10,14% (13,33% em 2016) para o perfil Conservador.

TAXA DE JUROS

Em consonância com o item 69 do GUIA PREVIC – Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar e com o § 4º do Art. 3º da Instrução PREVIC nº 23/2015, tomamos por base o Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano BD nº 002 da FAELBA, realizado em agosto de 2016 por Consultoria Financeira contratada pela FAELBA para o Plano, com resultados posicionados em 31 de dezembro de 2015 e tomando por base o cadastro de Participantes e Assistidos posicionado em 31 de dezembro de 2015, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos futuros, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016.

Conforme apresentado no JM/2361/2017, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 5,54% ao ano, indicando que a carteira atual de Ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 5,54% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC nº 375 de 17/04/2017, para a Duração do Passivo de 9,09 anos, que varia de 4,38% ao ano até 6,66% ao ano.

Neste contexto, a FAELBA optou por adotar a Taxa Real de Juros de 4,38% ao ano para avaliação atuarial do exercício de 2017.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A Resolução CGPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, tendo como principais alterações os avanços na precificação dos passivos atuariais dos Planos de Benefícios, o reforço da necessidade de adequação das premissas às características dos planos e a padronização da forma de cálculo da duração do passivo (duration). Ver Nota explicativa 9.b.

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado e na destinação e utilização de superávit. A FAELBA adotou a referida Resolução desde o exercício de 2014, estando aderente às premissas para apurar o resultado, destinar e utilizar o valor registrado como reserva especial para revisão de plano.

Segundo o artigo 11, o valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificado na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Apuração do equilíbrio técnico ajustado	2017	2016	Variação (%)
Equilíbrio técnico (a)	80.978	75.441	7
Ajuste de precificação (b)	42.083	44.962	(11)
Equilíbrio técnico ajustado (a+b)	123.061	120.403	2

REGRA DE SOLVÊNCIA

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios para destinação e utilização do *superávit* dos Planos de Benefícios Previdenciários, em função da *duration* do passivo atuarial, ou seja, o horizonte de tempo dos fluxos de caixa dos Planos de Benefícios. Anterior à Resolução nº 22, quando da ocorrência de superávit, este deveria ser registrado na reserva de contingência até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas. Com o advento da Resolução nº 22, o limite da reserva de contingência passa a ser proporcional à duração do passivo do plano, dado pela fórmula $[10\% + (duration \times 1\%)]$.

Sendo a *duration* do Plano BD de 8,86 anos (9,09 anos em 2016), foi adotado para cálculo da reserva de contingência o limite de 18,86% (19,09% em 2016), das provisões matemáticas reavaliadas em 31 de dezembro de 2017, conforme estabelecido pelas novas regras apresentadas pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

DA DESTINAÇÃO DA RESERVA ESPECIAL

A destinação integral da reserva especial para revisão de plano no valor de R\$ 25.377 apurado no exercício de 2017, distribuídos à razão de 53,43% para Participantes e Assistidos e 46,57% para o Patrocinador, com base nas contribuições normais, se apresenta conforme segue:

Distribuição	2017	2016
Assistidos	13.403	2.981
Participantes	157	33
Patrocinador	11.817	2.626
	25.377	5.640

13. FUNDOS

a) FUNDOS PREVIDENCIAIS

Constituído para dar garantias aos respectivos Planos de Benefícios Previdenciais de possíveis desequilíbrios, e cuja constituição e reversão são efetuadas com base em parecer atuarial. É atualizado pela rentabilidade dos seus respectivos planos.

a.1) PLANO BD

Em conformidade com o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10, de 19 de dezembro de 2012, que estabeleceu critérios para apuração do resultado e destinação e utilização do superávit das EFPC, o valor registrado como reserva para revisão do plano (que corresponde à parcela do superávit excedente ao valor registrado como reserva de contingência) na posição de 31 de dezembro de 2017 está sendo utilizado para concessão de “Benefício Temporário” para os Participantes com a devida contrapartida da Patrocinadora COELBA, registrado em fundo específico e cuja reversão deverá ser aprovada pela PREVIC.

Abaixo apresentamos os saldos na posição 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Conta	Nome da conta	2017	2016
232100000000	Fundos previdenciais	41.484	40.968
232102000000	Revisão de plano	36.728	33.919
	Fundo Benefício Temporário Participantes	157	148
	Fundo Benefício Temporário Assistidos	13.403	8.804
	Fundo COELBA	23.168	24.967
232103000000	Outros - Previsto em nota técnica atuarial Participantes	1.104	762
		1.104	762
	Plano CD	3.652	6.303
	Resíduo da reserva	329	1.289
	Fundo de risco	3.323	5.017

REVISÃO DE PLANO

Fundo Benefício Temporário Participantes: R\$ 157 (R\$ 148 em 2016)

Constituído exclusivamente pelos Benefícios Temporários a serem pagos aos Ativos, inclusive Autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido - BPD, no ato da aposentadoria, para pagamento de 6 benefícios projetados (valor-base de dezembro de 2017).

Fundo Benefício Temporário Assistidos: R\$ 13.403 (R\$ 8.804 em 2016)

Constituído exclusivamente pelos Benefícios Temporários oriundos da distribuição do superávit.

Para os Assistidos, o pagamento de benefício temporário de valor igual a 6 Benefícios (valor-base de dezembro de 2017) cuja forma de pagamento será definida pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Fundo COELBA: R\$ 23.168 (R\$ 24.967 em 2016)

Constituído pela contrapartida patronal referente a todos os Benefícios Temporários pagos aos Participantes e Assistidos.

i) FUNDO COELBA - REVERTIDO 2015: R\$ 1.990 (R\$ 12.656 EM 2016)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente a todos os Benefícios Temporários dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 destinados aos Participantes e Assistidos.

Por solicitação da Patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do Plano CD, aprovados pela PREVIC em 36 parcelas, ciclo iniciado a partir de março de 2015. Em 31 de dezembro de 2017 restavam apenas 2 parcelas a compensar.

ii) FUNDO COELBA - DISTRIBUIÇÃO SUPERÁVIT 2014: R\$ 1.067 (R\$ 1.747 EM 2016)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos Benefícios Temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2014.

Em março de 2016, a PREVIC aprovou a reversão em 36 parcelas dos valores do Fundo COELBA constituído pela contrapartida patronal referente à distribuição voluntária do Superávit no exercício de 2014, por meio do Ofício nº 583/CGTR/DITEC/PREVIC de 08 de março de 2016. Por solicitação da Patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do Plano CD, ciclo iniciado a partir de abril de 2016.

iii) FUNDO COELBA - DISTRIBUIÇÃO SUPERÁVIT 2015: R\$ 5.648 (R\$ 7.938 EM 2016)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos Benefícios Temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2015.

Em Novembro de 2016, a PREVIC, por meio do Ofício nº 3635/CGTR/DITEC, aprovou a reversão em 36 parcelas do fundo especial ao Patrocinador. Por solicitação da Patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do Plano CD, ciclo iniciado a partir de novembro de 2016.

iv) FUNDO COELBA – DISTRIBUIÇÃO SUPERÁVIT 2016: R\$ 2.645 (R\$ 2.626 EM 2016)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos Benefícios Temporários oriundos da distribuição do superávit no exercício de 2016.

A PREVIC, por meio da DOU 983 de 11 de outubro de 2017, aprovou a reversão em 36 parcelas em favor ao Patrocinador. Por solicitação da Patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do Plano CD, ciclo iniciado a partir de outubro de 2017.

v) FUNDO COELBA – DISTRIBUIÇÃO SUPERÁVIT 2017: R\$ 11.817

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos Benefícios Temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2017.

vi) OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL PARTICIPANTES

Fundo Benefício Temporário: R\$ 1.104 (R\$ 762 em 2016)

Fundo constituído pelos valores remanescentes a pagar dos Benefícios Temporários de exercícios anteriores e atualizado pela rentabilidade do Plano BD.

a.2) Plano CD

RESÍDUO DA RESERVA: R\$ 329 (R\$ 1.289 EM 2016)

Constituído pela parcela da reserva formada pelas contribuições do Patrocinador, não resgatáveis pelo participante no momento do seu desligamento.

Conforme solicitação da Patrocinadora COELBA em dezembro de 2017 foram revertidos R\$ 1.468 do Fundo Resíduo da Reserva, para compensar as contribuições mensais do Plano CD.

Em setembro de 2006, foi transferido do fundo de resíduo de reserva do Patrocinador Tracol Serviços Elétricos Ltda. o valor de R\$ 104 para compensação de parcelas vencidas e vincendas do Patrocinador, conforme autorização do Conselho Deliberativo. O valor foi registrado em receitas futuras e corrigido pela rentabilidade do Plano CD. Em dezembro de 2017, o saldo residual para compensação era de R\$ 45 (R\$ 40 em 2016).

FUNDO DE RISCO: R\$ 3.323 (R\$ 5.017 EM 2016)

Fundo constituído pelos Patrocinadores para cobertura da parcela da reserva que seria constituída pelo participante no período compreendido entre a idade de ocorrência do sinistro (morte /invalidez) e a idade para aposentadoria, conforme determinado no Regulamento do Plano.

Em dezembro de 2017, conforme solicitação da Patrocinadora COELBA, foram revertidos R\$ 3.113 do Fundo de Risco, para compensar as contribuições mensais do Plano CD.

b) FUNDOS ADMINISTRATIVOS

O fundo da gestão administrativa é constituído pelo Ativo permanente, pela diferença positiva entre as receitas provenientes das fontes de custeio definidas no regulamento do PGA e as despesas administrativas, e atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos administrativos. Esse fundo é destinado à cobertura das despesas administrativas da gestão dos Planos de Benefícios Previdenciários, bem como à assegurar a cobertura do Ativo permanente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente em cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas comuns: rateadas na proporcionalidade de 30% para o Plano BD e 70% para o Plano CD; e
- Despesas específicas: alocadas diretamente no plano que as originou.

O montante desses fundos em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 39.998 (R\$ 38.036 em 2016) distribuídos da seguinte forma:

Fundos administrativos	2017	2016
Benefício definido	6.694	6.962
Contribuição definida	33.304	31.074
	39.998	38.036

c) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

Os fundos dos investimentos são constituídos pela taxa de risco cobrada na concessão do empréstimo, com o objetivo de assegurar a quitação do saldo na eventualidade de falecimento do devedor. São atualizados monetariamente pela rentabilidade dos respectivos Planos de Benefícios.

O montante desses fundos em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 2.652 (R\$ 2.074 em 31 de dezembro de 2016) distribuídos da seguinte forma:

Fundos de investimentos	2017	2016
Benefício definido	403	5
Contribuição definida	2.249	2.069
	2.652	2.074

14. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme Instrução nº 34, itens 5 e 6 do Anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa (“PGA”)”, no Ativo, e “Participação no fundo administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

Em contrapartida, a parcela do fundo administrativo que cabe a cada Plano de Benefícios também é registrada na gestão previdencial do respectivo Plano de Benefícios Previdenciários em contas do Ativo e Passivo, anulando assim o efeito do fundo administrativo na elaboração das demonstrações consolidadas, permanecendo apenas o saldo do fundo administrativo no PGA.

Augusto da Silva Reis
Diretor Superintendente
CPF nº 175.733.005-49

Francisco Artur de Lima Moacyr
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 091.815.715-34

Alvaro Moreira de Pinho Neto
Diretor de Seguridade
CPF nº 220.660.125-72

Selina Petersen Pinto da Silva Souza
Contadora - CRC - BA - 020885/O
CPF nº 677.099.235-34

EXTRATO DA ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

EXTRATO DA ATA DA 386ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FAELBA FUNDAÇÃO COELBA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: 22 de Março de 2018, às 8h30, na Sede da Faelba, na Cidade de Salvador – Bahia.

CONSELHEIROS PRESENTES: Emmanuel Sampaio Lôpo; Antônio Fernando Guedes de Brito Costa; Belarmino de Castro Dourado; Carla Nascimento Reis; João Vital de Souza; Márcio Caires Vasconcelos.

CONSELHEIROS CONVIDADOS: Olegário da Silva Ferraz e Renata Farias.

ORDEM DO DIA: 1) DELIBERAÇÃO: 1.2) DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS 2017 PLANO BD E PLANO CD; 1.3) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2017.

O presidente do Conselho Deliberativo, Emmanuel Lôpo, abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos conselheiros e diretores da Faelba. A conselheira suplente Renata Farias justificou a ausência. O Presidente agradeceu, ainda, a presença dos membros titulares do Conselho Fiscal, especialmente convidados para esta reunião do Colegiado que apreciará, entre outros itens de pauta, as demonstrações financeiras e atuariais relativas ao exercício de 2017.

1) DELIBERAÇÃO:

1.2) Demonstrações Atuariais 2017 Plano BD e Plano CD - O Conselho Deliberativo apreciou as Demonstrações Atuariais (DA's) do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 02 da Faelba - patrocinado pela Coelba, CNPB nº 19.740.005-83, do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 da Faelba, patrocinado pela Coelba/Faelba, CNPB nº 19.980.036-47, e do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 da Faelba, patrocinado pela Tracol, CNPB nº 19.980.036-47, referentes ao exercício de 2017, a partir da análise prévia dos documentos pelo Conselho Fiscal da Faelba. A Presidente do Conselho Fiscal esclareceu ao Colegiado sobre a metodologia de apreciação das Demonstrações Atuariais adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a análise dos documentos pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Os documentos ficam anexos a esta ata.

Deliberação - O Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Atuariais dos Planos Previdenciários BD e CD, conforme apresentado, aprovando, também, a destinação da reserva especial para os Assistidos e Participantes do Plano BD com reversão de valores ao Patrocinador Coelba.

1.3) Demonstrações Financeiras Exercício 2017 - O Conselho Deliberativo apreciou as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31/12/2017, a partir da análise prévia dos documentos pelo Conselho Fiscal da Faelba. A Presidente do Conselho Fiscal esclareceu ao Colegiado a metodologia de análise das Demonstrações Financeiras adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a análise dos documentos pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O documento apresentado fica anexo a esta ata.

Deliberação: O Conselho deliberou pela aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017, conforme apresentadas ao Colegiado.

Emmanuel Sampaio Lôpo
Presidente

Antônio Fernando Guedes de B. Costa
Belarmino de Castro Dourado
Carla Suely Nascimento Reis
João Vital de Souza
Marcio Caires Vasconcelos

R
A
I

F
A
E
L
B
A

2
0
1
7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de suas atribuições legais, conforme estabelece o art. 39, inciso II, do Estatuto Social da FAELBA – Fundação COELBA de Previdência Complementar, este Colegiado examinou os relatórios e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Analizamos as Demonstrações Atuariais dos planos de benefícios previdenciários, emitidas em 07 de março de 2018 pela consultoria Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas por (i) Balanço Patrimonial Consolidado; (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada); (iii) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada); (iv) Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdenciário; (v) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdenciário; (vi) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT por plano de benefício previdenciário; (vii) Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas; e (viii) Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young emitido em 20 de març o de 2018.

As Demonstrações acima referidas representam adequadamente em todos os seus aspectos as posições Patrimonial e Financeira da FAELBA.

Recomendamos a aprovação das Demonstrações mencionadas, conforme estabelece o art. 20, inciso X, do Estatuto da Fundação.

Salvador, 21 de març o de 2018.

**Carmelita Novais dos Santos
Presidente**

**Leônidas Henriques Filho
Roque da Silveira**

EXPEDIENTE

Publicação da Faelba - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Diretoria Executiva:

Augusto da Silva Reis
Diretor-Superintendente

Francisco Artur de Lima Moacyr
Diretor Adm.- Financeiro

Alvaro Moreira de Pinho Neto
Diretor de Seguridade

Conselho Deliberativo:

Titulares

Emmanuel Sampaio Lôpo
Presidente;

Antônio Fernando Guedes de Brito Costa;
Belarmino de Castro Dourado.
Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis;
João Vital de Souza;
Márcio Caires Vasconcelos;

Suplentes:

Iára Fernandes dos Santos.
José Antônio de Souza Brito;
Marcela Castelo Branco;
Olegário da Silva Ferraz;
Renata Farias Silva;
Thiago Andrade Quinteiro;

Conselho Fiscal:

Titulares

Carmelita Novais dos Santos
Presidente;

Leonidas Henriques Filho.
Roque da Silveira;

Suplentes:

Elson Magnavita de Menezes.
João Campos de Aragão;
Luiz Mário de Jesus Filho;

Realização:

Assessoria de Comunicação da Faelba (ASCOM)
Jornalista Responsável:
Rosângela Rocha - MT/PE 1.411

Abril de 2018

Distribuição Gratuita para Governança, Participantes e Assis-
tidos



Faelba